

Prefeitura Municipal de Navegantes



Unidade de Coordenação de
Controle Interno

Assunto: Relatório Circunstanciado – 5º Bimestre/2018

Em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, a Unidade de Coordenação do Controle Interno do Município de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno, emite o presente relatório sobre a gestão do Prefeito relativamente ao 5º bimestre de 2018.

A Unidade de Coordenação de Controle Interno realiza um trabalho de coleta de dados dos diversos Órgãos Setoriais de Controle Interno, conforme Decreto 591/2006 de Regulamentação do Sistema do Controle Interno Municipal, para o devido acompanhamento da gestão e apurar possíveis irregularidades e /ou falhas para que sejam tomadas as providências necessárias.

O órgão de controle interno do Município realiza questionários através de sistema informatizado nos diversos órgãos setoriais para o acompanhamento mais eficiente sobre os controles adotados e a adotar em cada unidade gestora. Desta forma, faz-se uma análise para identificar os setores que apresentam ausência de controle ou os controles mais frágeis para que estes sejam prioridades na atuação do sistema de controle interno municipal.

Além disso, o Órgão Central de Controle Interno do Município tem editado, publicado e revisado várias instruções normativas com temas específicos sobre os procedimentos de controle a serem adotados nos órgãos setoriais de controle interno. As normativas são publicadas no sítio eletrônico do Município e divulgadas para os responsáveis nas unidades e acompanhadas/fiscalizadas pelo órgão central de controle interno.

A sistemática de controle interno do município atualmente ainda está sendo reformulada a fim de alcançar um padrão de eficiência e eficácia desejada. A Lei que institui o Sistema de Controle Interno é de 2001 e seu regulamento é de 2006, estando ambos defasados em diversos pontos, apesar de ter sido realizado através do Decreto nº 351/2017 algumas atualizações pontuais necessárias. Todo o Sistema de Controle Interno está sendo ampliado significativamente, buscando maior organização, otimização, integralidade dos órgãos da administração municipal e a ampliação do controle público municipal.

SUMÁRIO

1	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	5
1.1	Metas de Arrecadação	5
1.2	Metas de Despesa	6
1.3	Gastos por Órgão de Governo	7
1.4	Gastos por Funções e Ações de Governo.....	8
1.5	Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-orçamentárias)	11
1.6	Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital)	12
1.7	Resultado Primário.....	14
1.8	Resultado Nominal.....	15
2	LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF	16
2.1	Limite de Gastos com Pessoal	16
2.2	Limite da Dívida Pública	18
2.3	Garantias e Contra Garantias de Valores	19
2.4	Limite de Operações de Créditos	20
2.5	Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:	21
2.6	Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:.....	23
3	ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	24
3.1	Atos do Legislativo	24
3.2	Câmara de Vereadores versus Limites Impostos pela LC nº 101/2000 (LRF)	25
3.3	Da Situação Financeira da Câmara Municipal de Vereadores	26
3.4	Da Situação Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores.....	26
4	RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO)	27
4.1	Ambiente de Controle.....	27
4.2	Poder Executivo	32
4.2.1	Atividades de Correição.....	32
4.2.2	Fundação Cultural.....	32
4.2.3	Fundação de Esportes.....	32
4.2.4	Fundação do Meio Ambiente	32
4.2.5	Procuradoria	32
4.2.6	Secretaria de Administração.....	32
4.2.7	Secretaria de Agricultura e Pesca	33
4.2.8	Secretaria de Assistência Social	33
4.2.9	Secretaria de Comunicação Social	33

4.2.10	Secretaria de Desenv. Econ. e Receita	33
4.2.11	Secretaria de Educação	34
4.2.12	Secretaria de Finanças.....	34
4.2.13	Secretaria de Gestão e Controle	35
4.2.14	Secretaria de Governo.....	35
4.2.15	Secretaria de Obras	35
4.2.16	Secretaria de Planejamento Urbano	35
4.2.17	Secretaria de Saúde.....	36
4.2.18	Secretaria de Segurança Pública	36
4.2.19	Secretaria de Turismo	36
4.3	Poder Legislativo	36
4.3.1	Câmara Municipal de Vereadores	36
4.4	Autarquias.....	36
4.4.1	NavegantesPrev.....	36
4.4.2	Sesan.....	36
5	IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)	38
6	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO ESOCIAL	41
7	METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	42
8	ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LOA.....	45
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECADAÇÃO

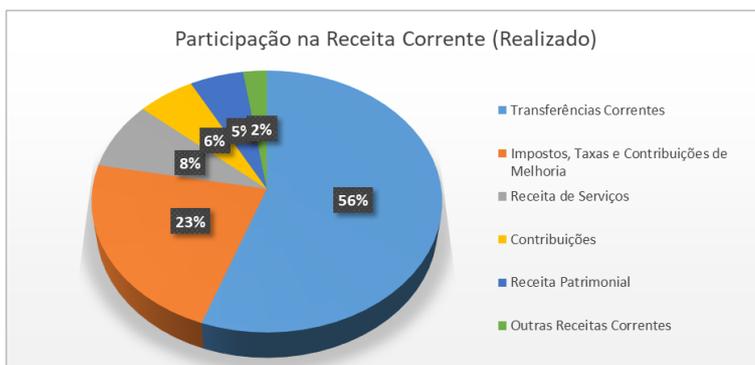
Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receit. - Meta	Receit. x Meta
Receitas Correntes	211.068.103	230.073.268	19.005.165	109%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor	44.893.096	51.652.641	6.759.545	115%
Contribuições	10.919.803	13.351.968	2.432.165	122%
Receita Patrimonial	11.411.229	12.497.512	1.086.283	110%
Receita de Serviços	17.698.937	19.300.617	1.601.681	109%
Transferências Correntes	123.641.809	127.739.824	4.098.015	103%
Outras Receitas Correntes	2.503.229	5.530.705	3.027.476	221%
Receitas de Capital	29.022.828	6.435.111	-22.587.717	22%
Operações de Crédito	15.833.333	1.671.842	-14.161.491	11%
Alienação de Bens				
Transferências de Capital	13.189.494	4.763.269	-8.426.225	36%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	11.242.548	15.118.069	3.875.521	134%
TOTAL (Correntes + Capital)	240.090.930	236.508.379	-3.582.551	99%

Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 5º bimestre do exercício de 2018, o Município não atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente 3,6 milhões de déficit, o que representa 99% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

No entanto se for desmembrada a análise por tipos de receita, as Receitas Correntes estão superando a meta (9% acima), sendo assim, diferentemente do bimestre anterior, todos os subgrupos desta categoria estão com superávit em comparação com a meta estipulada.

Fazendo a análise apenas das Receitas de Capital o percentual de atingimento está muito aquém do esperado, onde obteve-se apenas 22% de atingimento da meta, resultando em um déficit nesta receita de quase 23 milhões com relação a meta.

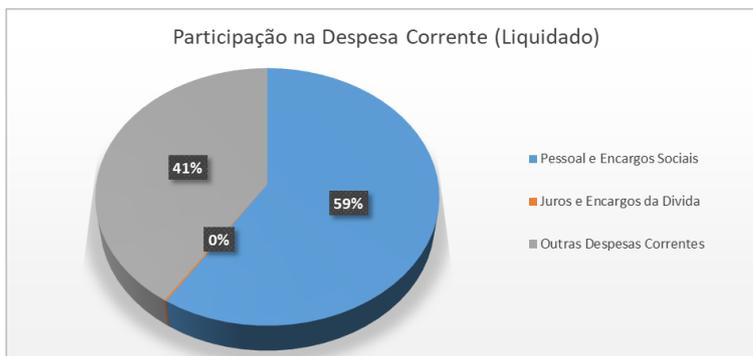
Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são provenientes das “transferências correntes” seguida dos “impostos, taxas e contribuições de melhoria”, as duas juntas representam 79% de todas as receitas desta categoria.



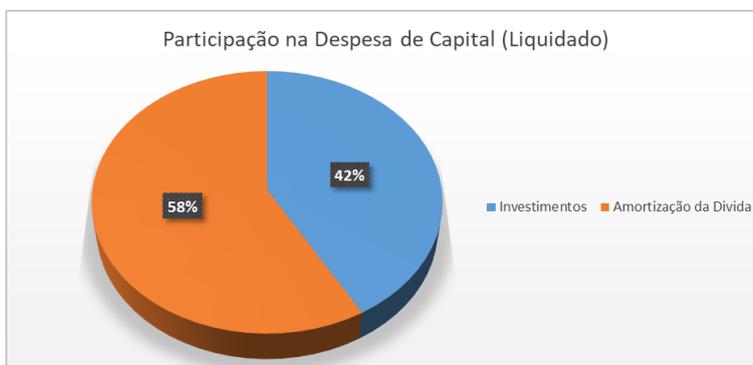
1.2 METAS DE DESPESA

Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. x Meta
Despesas Correntes	175.114.866	165.103.078	-10.011.788	94%
Pessoal e Encargos Sociais	104.029.554	97.636.437	-6.393.117	94%
Juros e Encargos da Dívida	251.982	284.464	32.483	113%
Outras Despesas Correntes	70.833.330	67.182.177	-3.651.153	95%
Despesas de Capital	54.639.042	10.829.942	-43.809.100	20%
Investimentos	50.472.375	4.515.718	-45.956.657	9%
Amortização da Dívida	4.166.667	6.314.224	2.147.558	152%
Reserva de Contingência	19.982.258	0	-19.982.258	-
Despesas Intra-Orçamentárias	0	23.933.068	23.933.068	-
TOTAL (Correntes + Capital)	229.753.908	175.933.020	-53.820.887	77%

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Vale destacar que dentro do grupo despesas correntes, o item juros e encargos da dívida, os gastos estão cerca de 13% acima da meta estipulada, mas não chega a interferir no índice uma vez que o valor é baixo comparado com o montante total.



Já no grupo despesas de capital os gastos no item amortização da dívida está cerca de 52% acima da meta estipulada, apesar de ser uma diferença expressiva dentro deste grupo, não chega a influenciar muito no índice geral, pois o valor é relativamente baixo comparado com o total das despesas.

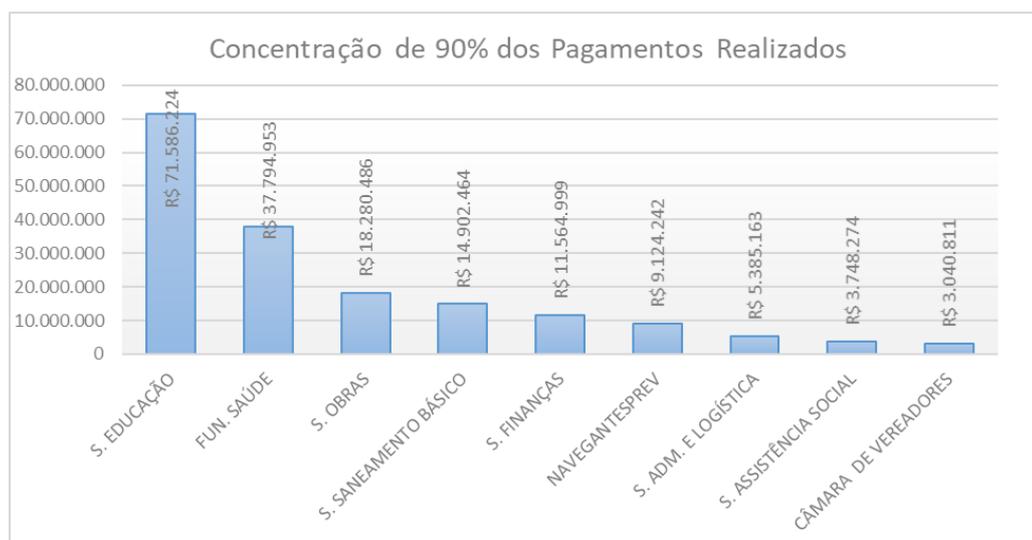


1.3 GASTOS POR ÓRGÃO DE GOVERNO

Cód	Nome Resumido	Orçado (1)	Orçado Atualizado (1)	Empenhado (2)	Liquidado (2)	Pago (2)	% Pago x Orçad.
1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 4.840.061	R\$ 4.720.061	R\$ 3.278.625	R\$ 3.040.811	R\$ 3.040.811	64%
2	GAB. DO PREFEITO	R\$ 1.910.000	R\$ 1.810.000	R\$ 1.404.811	R\$ 1.285.856	R\$ 1.273.126	70%
3	GAB. VICE PREFEITO	R\$ 623.000	R\$ 603.100	R\$ 314.577	R\$ 314.577	R\$ 309.144	51%
6	S. COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 1.162.000	R\$ 1.162.000	R\$ 830.721	R\$ 819.671	R\$ 813.127	70%
7	S. GOVERNO	R\$ 1.285.000	R\$ 1.135.010	R\$ 847.834	R\$ 816.546	R\$ 782.693	69%
8	PROCURADORIA	R\$ 2.435.000	R\$ 2.325.150	R\$ 1.885.958	R\$ 1.857.564	R\$ 1.830.859	79%
9	S. ADM. E LOGÍSTICA	R\$ 7.187.500	R\$ 7.207.500	R\$ 6.353.125	R\$ 5.667.028	R\$ 5.385.163	75%
10	S. FINANÇAS	R\$ 9.587.878	R\$ 13.922.878	R\$ 13.576.778	R\$ 11.753.680	R\$ 11.564.999	83%
12	S. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 5.079.850	R\$ 5.862.066	R\$ 4.281.327	R\$ 3.884.387	R\$ 3.748.274	64%
13	S. EDUCAÇÃO	R\$ 94.976.654	R\$ 105.991.350	R\$ 80.905.631	R\$ 74.174.262	R\$ 71.586.224	68%
14	S. AGRICULTURA E PESCA	R\$ 1.548.000	R\$ 1.648.000	R\$ 1.368.297	R\$ 1.076.173	R\$ 1.053.272	64%
15	S. SEGURANÇA	R\$ 1.366.500	R\$ 1.504.500	R\$ 825.494	R\$ 815.147	R\$ 795.672	53%
16	S. TURISMO,CULT. E ESPORTE	R\$ 2.645.090	R\$ 2.345.100	R\$ 1.370.579	R\$ 1.271.237	R\$ 1.261.057	54%
17	S. OBRAS	R\$ 51.858.058	R\$ 54.658.260	R\$ 22.240.254	R\$ 18.842.509	R\$ 18.280.486	33%
18	FUN. DE CULTURA	R\$ 1.156.165	R\$ 1.237.165	R\$ 942.034	R\$ 875.636	R\$ 857.860	69%
19	FUN. DE CULTURA	R\$ 1.881.400	R\$ 1.881.400	R\$ 1.209.509	R\$ 1.162.423	R\$ 1.146.893	61%
20	FUN. ESPORTES	R\$ 2.562.593	R\$ 2.562.593	R\$ 1.381.962	R\$ 1.163.984	R\$ 1.116.242	44%
21	FUN. HOSPITALAR	R\$ 731.800	R\$ 731.800	R\$ 63.359	R\$ 60.917	R\$ 60.917	8%
22	FUN.VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	R\$ 1.731.609	R\$ 2.306.613	R\$ 1.836.330	R\$ 1.481.142	R\$ 1.420.741	62%
23	FUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.540.785	R\$ 2.247.658	R\$ 897.091	R\$ 781.484	R\$ 751.968	33%
24	FUN. CRIANÇA E ADOL.	R\$ 438.000	R\$ 438.000	R\$ 23.214	R\$ 15.707	R\$ 15.704	4%
25	FUN. SAÚDE	R\$ 41.636.250	R\$ 50.477.031	R\$ 41.422.206	R\$ 38.399.983	R\$ 37.794.953	75%
27	FUNREBOM	R\$ 707.500	R\$ 707.500	R\$ 431.183	R\$ 345.655	R\$ 344.713	49%
28	S. SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 20.023.300	R\$ 20.623.300	R\$ 18.286.022	R\$ 15.147.460	R\$ 14.902.464	72%
29	NAVEGANTESPREV	R\$ 35.548.048	R\$ 35.548.048	R\$ 9.296.014	R\$ 9.218.001	R\$ 9.124.242	26%
30	S. GESTÃO E CONTROLE	R\$ 939.500	R\$ 909.510	R\$ 534.921	R\$ 531.019	R\$ 519.759	57%
31	S. DESEV. ECONÔMICO	R\$ 2.651.620	R\$ 3.201.620	R\$ 2.993.398	R\$ 2.918.600	R\$ 2.854.328	89%
32	S. CRIANÇA,ADOL. E JUV.	R\$ 1.211.500	R\$ 991.540	R\$ 712.975	R\$ 672.490	R\$ 653.430	66%
33	S. PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 1.351.000	R\$ 1.621.000	R\$ 1.488.708	R\$ 1.472.138	R\$ 1.447.732	89%
99	RES. DE CONTINGÊNCIA	R\$ 984.512	R\$ 492.256	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0%
Total Geral		R\$ 301.600.173	R\$ 330.872.009	R\$ 221.002.937	R\$ 199.866.088	R\$ 194.736.854	59%

Fonte: (1) Portal Transparência (Execução de despesa) + (2) Betha Sapo (Empenhos Emitidos)

O quadro acima permite verificar como está o comparativo entre o orçado e o pago até este período entre todos os órgãos do governo (Secretarias, Fundos, Fundações, Câmara, Navegantesprev, etc). No total já foram pagos 59% do total previsto para o exercício corrente.



No gráfico acima é possível verificar onde está concentrado 90% de todos os gastos do Município, sendo que o mais significativo é a Secretaria de Educação que consome 37% de todos os recursos até o momento.

1.4 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago
0 001	Amortização da Dívida Pública	5.302.378	9.337.378	9.332.675	7.858.985	7.858.985	84%
002	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor	2.106.000	2.106.000	2.106.000	1.916.304	1.752.224	83%
003	Reserva de Contingência	984.512	492.256				0%
799	Reserva Orçamentária do RPPS	24.304.707	24.304.707				0%
1 001	Ampliação e Padronização da Infraestrutura de TI	50.000	50.000	33.420	33.420	28.130	56%
002	Estruturação e Infraestrutura para a Transparência	30.000	10				0%
003	Aquisição de veículos	50.000	10				0%
004	Aquisição de máquinas	50.000	10				0%
005	Aquisição de Equipamentos	50.000	100.000	92.890	0	0	0%
006	Implantação e manutenção de estruturas para acessibilidade	300.000	300.000				0%
008	Aquisição de veículos para a Secretaria de Segurança Pública	50.000	170.000				0%
012	Implantação e manutenção Parque Natural	20.000	10				0%
013	Implementação e manutenção de Quiosques Containers	50.000	300.000				0%
014	Pavimentação e infraestrutura das vias públicas	2.650.350	2.573.346	1.446.674	993.214	993.214	39%
017	Revitalização de praças e jardins	100.000	40.310				0%
018	Implantação do Binário do Aeroporto	8.000.000	8.000.000				0%
019	Ampliação da rede de iluminação pública	1.202.660	1.732.660	1.193.280	629.470	561.455	32%
029	Construção de Áreas Esportivas bairro Meia Praia	104.500	1.000				0%
034	Aquisição de ônibus	303.050	303.050				0%
036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	50.800	50.800	46.360	46.360	46.360	91%
037	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Cultura	31.500	11.500	629	629	629	5%
038	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Cultura	50.125	173.125	171.000	171.000	171.000	99%
039	Implantação do Parque Ambiental	83.600	40.450				0%
040	Aquisição de equipamento	29.260	11.260				0%
041	Aquisição de veículos	33.440	200				0%
042	Conscientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	3.654	3.654	1.733	1.733	1.733	47%
043	Implantar prontuário informatizado em todas as Unidades	100.000	11.100	11.008	11.008	11.008	99%
044	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ o Centro de Cultura	50.000	100				0%
045	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Atenção	40.000	40.000				0%
046	Construção de nova UBS Nossa Senhora das Graças	40.000	40.000				0%
047	Ampliação UBS Porto das Balsas	40.000	40.000				0%
048	Construção de nova UBS São Pedro	740.000	40.100				0%
049	Construção de nova UBS São Domingos II	540.000	7.300				0%
050	Construção de nova UBS Central	756.000	307.300				0%
051	Ampliação UBS Escalvados	40.000	40.000				0%
053	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	300.000	500.100				0%
054	Aquisição de Veículos p/Saúde	524.863	1.060.363	459.100	49.900	49.900	5%
055	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Saúde	60.000	144.416	100.426	61.557	61.557	43%
056	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	3.243.015	3.643.015	0	0	0	0%
057	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares	140.000	300.000	250.850	237.800	237.800	79%
058	Construção do Centro de Reabilitação Animal	150.000	100				0%
059	Aquisição de veículos para a Secretaria de Obras	100.000	10				0%
060	Aquisição de Máquinas para a Secretaria de Obras	100.000	100.000				0%
061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Planejamento	322.263	322.263				0%
062	Impermeabilização do reservatório de água na Rua Rodolfo	600.000	500.000				0%
063	Ampliação da rede de distribuição de água	500.000	600.000				0%
064	Ampliação da capacidade de Bombeamento e Pressurização	200.000	200.000				0%
069	Aquisição de veículos	119.000	91.300	63.300	63.300	63.300	69%
070	Aquisição de imóveis para Escolas de Ensino Fundamental	800.000	400.000				0%
071	Aquisição de imóveis e construção de Escolas de Educação Infantil	1.100.000	1.250.000	650.548	514.735	454.839	36%
071	Aquisição de imóveis para Escolas de Educação Infantil	400.000	400.000				0%
076	Aquisição de Parques Infantis	200.000	120.000	68.100	68.100	54.000	45%
077	Aquisição de equipamentos e mobiliários	300.000	10				0%
080	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	80.800	80.800				0%
081	Climatização dos ambientes	100.000	100.000	64.855	64.855	64.855	65%
082	Construção de Laboratórios de Informática	100.000	10				0%
083	Construção de Salas de Recursos Multifuncionais	100.000	10				0%
084	Aquisição de equipamentos e mobiliários	100.000	10				0%
085	Aquisição de lousas digitais, tablets e computadores	300.000	300.000	70.750	70.750	70.750	24%
086	Aquisição de materiais de Tecnologia Assistiva	100.000	10				0%
087	Aquisição de equipamentos e mobiliários	50.000	50.000	1.600	1.600	1.600	3%
088	Construção de Centros de Atendimento de Contra Turno	300.000	100.000				0%
090	Aquisição de ônibus para o transporte escolar dos alunos	450.000	250.010				0%
091	Aquisição de vans para o transporte escolar dos alunos das	250.000	150.010				0%
094	Construção de Quadras Escolares E.M. Profª Rosa Maria Xer	500.000	600.000	328.263	147.303	60.715	10%
098	Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar	198.400	198.400				0%
099	Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/Unidade Hospitalar	63.450	63.450				0%
100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMREBOM	55.000	55.000				0%
101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	286.000	96.000				0%
103	Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental Escola Profª	1.900.000	1.900.000				0%

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago
111	Construção de Escolas de Ensino Fundamental São Doming	1.500.000	3.638.386	2.073.844	0	0	0%
116	Construção de Escolas de Educação Infantil Bairro Gravata	1.800.000	2.900.000				0%
118	Construção de Praça de Convivência - Região do Aeroporto	300.728	327.878				0%
119	Molhe de Gravata	510.000	510.000				0%
120	Reconstrução parcial da estrutura turística da Praia de Gra	1.661.305	1.870.985				0%
121	Macro Drenagem da Região Central - Baica B	7.000.000	6.972.850				0%
122	Calçadas Av. Prefeito José J. Mafra/Av. Cons. João Gaya	2.000.000	1.900.010				0%
123	Drenagem, pavimentação, calçadas acessíveis Ruas:Itajai, J	10.001.000	9.501.010	0	0	0	0%
126	Construção da Nova Sede da Câmara de Vereadores	500.000	380.000				0%
127	Construção da 2ª etapa da Creche de Porto Escalvados	0	604.000	382.014	0	0	0%
128	Ampliação do C.M.E.I. Bruce Craston Kay	0	2.200.000				0%
2 001	Manutenção e Funcionamento do Diretoria de Gestão de Be	1.175.000	1.175.000	1.144.748	849.204	799.333	68%
002	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Re	5.742.500	5.762.500	5.082.371	4.694.500	4.475.296	78%
003	Manutenção e Funcionamento do Diretoria Gestão Patrimo	70.000	70.000	28.563	26.831	23.851	34%
004	Manutenção e Funcionamento de Tecnologia da Informaçã	150.000	150.000	64.022	63.072	58.553	39%
005	Manutenção e Funcionamento do Programa Planejamento e	1.285.000	1.135.010	847.834	816.546	782.693	69%
006	Manutenção e Funcionamento do Programa Navegantes Ma	70.000	70.000	3.063	3.063	3.063	4%
007	Manutenção e Funcionamento do Programa Controle na Ad	839.500	839.500	531.859	527.956	516.697	62%
008	Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro	1.607.000	1.907.000	1.573.339	1.421.495	1.396.900	73%
009	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.910.000	1.810.000	1.404.811	1.285.856	1.273.126	70%
010	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade	572.500	572.500	564.764	556.896	556.889	97%
011	Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Infraestrutura U	30.000	30.000	1.674	1.674	815	3%
012	Manutenção e Ampliação das Atividades de Fiscalização de	1.321.000	1.591.000	1.487.034	1.470.463	1.446.917	91%
013	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicaç	562.000	562.000	456.636	456.636	450.092	80%
014	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	600.000	600.000	374.085	363.035	363.035	61%
015	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agri	1.188.000	1.464.120	1.224.105	1.039.043	1.021.320	70%
016	Manutenção e Funcionamento do Programa Horta em todo	30.000	30.000	19.312	14.736	12.333	41%
017	Manutenção e Funcionamento do Programa PROATER	30.000	10				0%
018	Orientação e Capacitação dos Produtores do Município	30.000	30.000	28.153	19.707	16.934	56%
019	Dragagem da Lagoa Bairro São Pedro	50.000	20.000				0%
020	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Pesc	70.000	3.850	3.837	2.686	2.686	70%
021	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da	971.500	871.510	692.975	660.157	641.097	74%
022	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Cria	50.000	20.000				0%
023	Manutenção e Funcionamento do Centro de Cidadania	70.000	50.010	20.000	12.333	12.333	25%
024	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da	70.000	20.010				0%
025	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Juve	50.000	30.010				0%
026	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança	1.144.500	1.144.500	799.713	791.804	780.223	68%
027	Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil	50.000	50.000				0%
030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Turismo	925.090	765.090	646.106	609.441	599.260	78%
031	Projeto Verão	900.000	780.000	577.877	517.001	517.001	66%
032	Aniversario do Município	300.000	300.000	82.513	80.713	80.713	27%
035	Manutenção e Funcionamento do Programa Turismo Suster	300.000	50.000				0%
036	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do M	1.835.000	1.937.000	1.527.195	1.499.101	1.472.397	76%
037	Precatórios Judiciais	500.000	338.150	338.049	338.049	338.049	100%
038	Manutenção e funcionamento do PROCON	100.000	50.000	20.714	20.413	20.413	41%
039	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas S	3.811.850	4.061.820	3.212.693	3.025.349	2.952.391	73%
040	Manutenção e Funcionamento da Rede SUAS	120.000	0				#DIV/0!
041	Manutenção e Funcionamento do Programa de Vulnerabilid	70.000	130.000	39.670	26.194	20.618	16%
042	Manutenção e Funcionamento da Diretoria dos Cursos de C	50.000	10.010				0%
043	Manutenção e Funcionamento do Programa Projovem Adol	70.000	10.010				0%
044	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao	220.000	200.010	191.967	128.821	119.885	60%
045	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	120.000	339.960	226.120	134.858	105.215	31%
046	Manut. e Func. Fundo Municipal da Criança e do Adolescen	438.000	438.000	23.214	15.707	15.704	4%
048	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turis	150.000	150.000	64.083	64.083	64.083	43%
050	Serviços de limpeza e conservação das vias publicas	1.200.000	1.200.000	1.180.386	1.168.677	1.168.677	97%
051	Macadamização e recuperação de vias publicas	1.000.000	1.000.000	899.600	891.544	891.544	89%
052	Manutenção de serviços de iluminação pública	4.810.640	4.860.640	4.569.384	3.319.929	3.275.384	67%
053	Manutenção e substituição da rede pluvial	1.000.000	1.000.000	662.705	424.197	318.983	32%
054	Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	1.223.048	1.223.048	832.452	791.966	776.435	63%
055	Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	20.900	20.900				0%
056	Manutenção e Funcionamento de Centros Municipais de Cu	20.900	20.900	1.463	1.463	1.463	7%
057	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultu	308.276	308.276	283.407	276.807	276.807	90%
058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	308.276	308.276	92.187	92.187	92.187	30%
060	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.644.443	1.747.943	1.326.111	1.163.004	1.115.262	64%
061	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Nav	104.500	104.500	980	980	980	1%
062	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	50.000	50.000				0%
063	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Espor	153.050	153.050				0%
065	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	203.050	203.050	54.871	0	0	0%
066	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Transito	864.749	864.749	699.326	630.717	617.178	71%
067	Manutenção e Funcionamento da Fundação do Meio Ambie	989.491	1.119.881	929.591	863.193	845.417	75%
068	Manutenção da Unidade de Conservação	6.270	6.270				0%
069	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do IGD/SUAS	9.979	33.386	15.949	15.949	15.949	48%
070	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	176.964	176.964	71.841	60.049	60.049	34%
071	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Soc	52.800	52.800	13.285	10.491	10.491	20%
072	Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFV	115.200	115.200	67.087	47.539	46.903	41%

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago
073	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem So	60.000	60.000	10.063	5.672	5.672	9%
074	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção do A	130.270	130.270	93.784	81.814	81.814	63%
075	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I	136.031	136.031	21.495	15.075	15.075	11%
076	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	181.760	205.226	64.287	61.574	61.574	30%
077	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Famí	50.400	50.400	26.148	24.731	21.531	43%
078	Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Méc	10.956	10.956				0%
079	Manutenção e Funcionametro das Ações Estratégicas do Pr	72.000	72.000	4.200	4.200	4.200	6%
080	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Benefícios Eve	16.580	16.580				0%
081	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assi	288.845	976.545	400.752	346.191	320.510	33%
082	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infân	120.000	120.000	44.900	44.900	44.900	37%
083	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	22.620.608	30.341.402	29.343.031	28.057.936	27.607.232	91%
084	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Prefeito	623.000	603.100	314.577	314.577	309.144	51%
085	Manutenção e Funcionamento do Programa Saúde na Escol	146.400	146.400				0%
086	Manutenção e Funcionamento do Centro de vigilância Epid	181.248	279.248	189.258	185.129	185.129	66%
087	Manutenção dos Recursos das Ações de Dengue	80.000	60.100	31.700	31.700	31.700	53%
088	Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS	114.900	94.600	59.604	51.988	39.041	41%
089	Manutenção do Programa Hiperdia	30.300	30.300	30.292	30.292	30.292	100%
090	Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família	1.757.880	1.757.880	1.312.003	1.312.003	1.312.003	75%
091	Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunit	827.424	827.424	730.777	730.777	730.777	88%
092	Manutenção da Ações da Estratégia Saúde da Família em Se	363.480	363.480	322.097	322.097	322.097	89%
093	Manutenção dos Recursos do PAB	1.936.236	3.562.480	3.366.027	2.367.746	2.267.955	64%
094	Manutenção dos Recursos do NASF	276.000	276.000	212.025	201.715	201.715	73%
095	Manutençã dos Recursos do Programa Assistência Farmaco	897.002	897.002	742.156	663.255	650.925	73%
096	Manutenção dos Recurso da Gestão do SUS	84.504	84.504				0%
097	Manutenção e Funcionamento dos Recurso do SAMU	263.028	263.028	203.295	190.579	188.574	72%
098	Manutenção e Funcionamento do Centro de Atenção Psicos	360.560	340.260	153.134	111.037	107.266	32%
099	Manutenção e Funcionamento do Centro de Controle de Zoc	150.000	150.000	110.212	103.872	102.045	68%
100	Manutenção e Funcionamento dos Recursos da Vigilância S	616.308	616.308	271.593	267.019	267.019	43%
101	Manutenção do Programa de Financiamento das Ações de A	156.000	156.000	80.384	80.371	62.287	40%
102	Manutenção da Unidades de Atenção Especializada	40.000	40.000	8.511	8.511	8.511	21%
103	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades	40.900	30.900	22.359	22.180	22.180	72%
104	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e Alt	3.629.444	3.429.444	3.282.125	3.178.470	3.178.470	93%
105	Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro	40.000	20.100	9.812	9.812	9.812	49%
106	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades	207.900	484.027	109.833	102.635	102.635	21%
107	Manutenção do Centro de reabilitação Animal	52.250	52.250	10.595	10.595	7.024	13%
109	Atualização da Planta de Valores	200.000	200.000	135.198	134.179	134.179	67%
111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Eco	2.396.620	2.946.620	2.808.230	2.743.154	2.682.297	91%
113	Manutenção e Funcionamento do Sine	55.000	55.000	49.971	41.267	37.853	69%
114	Manutenção e funcionamento da Secretaria de Obras	9.535.000	12.382.186	11.927.017	10.889.741	10.488.854	85%
115	Manutenção da frota de maquinas e veiculos da Secretaria	1.286.375	1.286.375	927.913	853.935	805.358	63%
116	Manutenção e conservação dos prédios publicos	100.000	100.000	96.000	96.000	96.000	96%
117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.460.926	1.460.926	1.042.708	967.731	944.284	65%
118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	8.742.408	8.742.408	8.000.606	8.000.606	8.000.606	92%
119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	4.340.061	4.340.061	3.278.625	3.040.811	3.040.811	70%
120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do S	504.815	504.815	245.147	245.147	174.834	35%
121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	107.421	107.421	7.553	4.518	4.518	4%
122	Manutenção do Programa Censo Previdenciário	105.509	105.509				0%
123	Manutenção e Funcionamento do Programa: Recicle seu Lix	100.000	100.000				0%
124	Manutenção e Funcionamento do fornecimento de água	17.623.300	18.223.300	17.623.317	14.723.263	14.583.481	80%
126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	618.000	618.000	525.948	486.552	467.553	76%
127	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	310.000	260.010	204.486	196.253	190.046	73%
128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	300.000	480.010	291.672	213.552	211.794	44%
129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adu	275.400	275.400				0%
130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	40.335.604	44.930.872	40.758.474	39.805.141	38.564.277	86%
131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	36.832.400	38.679.311	30.794.433	29.872.122	29.170.284	75%
132	Manutenção e Funcionamento do Programa Aprendendo co	300.000	10				0%
133	Manutenção de lousas digitais, tablets e computadores	100.000	100.000	47.490	47.490	47.490	47%
134	Manutenção e Funcionamento do Programa Talento Hoje, C	100.000	10				0%
135	Manutenção e Funcionamento da Educação Integral modal	150.000	20				0%
136	Merenda Escolar Ensino Fundamental	1.919.600	1.919.600	1.721.908	944.856	749.333	39%
137	Merenda Escolar Educação Infantil	1.136.517	1.136.517	787.708	390.627	313.170	28%
138	Merenda Escolar Creche	1.796.383	1.796.383	1.628.755	1.164.988	963.825	54%
141	Merenda escolar Educação de Jovens e Adultos	27.400	27.400				0%
142	Transporte Escolar Ensino Fundamental	643.350	1.023.350	874.785	535.055	535.055	52%
143	Transporte Escolar Creche	100.000	100.000	68.102	48.994	46.350	46%
144	Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM - Apoio Oper	366.500	556.500	431.183	345.655	344.713	62%
145	Transporte Escolar Educação Infantil	100.000	100.000	87.843	87.843	87.843	88%
147	Capacitação e Aperfeiçoamento para todos os Profissionais	200.000	200.000				0%
148	Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa	469.950	469.950	63.359	60.917	60.917	13%
149	Compensação Ambiental	10.450	55.450	10.710	10.710	10.710	19%
150	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Cc	344.618	616.622	563.387	333.580	330.806	54%

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago
151	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC	130.813	330.813	228.213	171.441	150.368	45%
152	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC	178.204	178.204	127.415	127.415	104.400	59%
153	Manut. e Func. do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia	50.000	50.000	4.477	4.477	4.477	9%
154	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	72.000	90.000	21.304	18.866	10.972	12%
155	Processo de Reintegração de Posse da Área denominada "M"	0	492.256	84.929	82.613	82.613	17%
Total Geral		301.600.173	330.872.009	221.002.937	199.866.088	194.736.854	59%

Fonte: Betha Sapo (Empenhos Emitidos + Percentual por Dotação)

A tabela acima evidencia os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo.

1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Receitas Realizadas até o 5º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)	R\$ 251.626.447,95
--	---------------------------

Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 179.564.748,57	R\$ 165.103.077,78
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 97.650.768,31	R\$ 97.636.436,58
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 372.378,00	R\$ 284.464,33
Outras Despesas Correntes	R\$ 81.541.602,26	R\$ 67.182.176,87

Despesas de Capital	R\$ 17.009.748,19	R\$ 10.829.942,36
Investimentos	R\$ 9.309.748,19	R\$ 4.515.717,99
Amortização da Dívida	R\$ 7.700.000,00	R\$ 6.314.224,37

Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
--------------------------------	--------------	--------------

Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 24.428.440,21	R\$ 23.933.068,05
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

Total	R\$ 221.002.936,97	R\$ 199.866.088,19
--------------	---------------------------	---------------------------

Resultado Orçamentário	R\$ 30.623.510,98	R\$ 51.760.359,76
% Comprometido da Receita	88%	79%

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Desta forma, considerando-se a despesa liquidada, tem-se até o 5º bimestre do exercício de 2018 um superávit orçamentário de R\$ 51.760.359,76.

1.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	5º Bim
Receitas Correntes Prevista	211.068.102,50
Receitas de Capital Prevista	29.022.827,70
Total Receitas Prevista	240.090.930,20
Receitas Correntes Realizada	230.073.267,77
Receitas de Capital Realizada	6.435.111,14
Total de Receitas Realizada	236.508.378,91
% Receita Corrente Realizada / Prevista	109%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	22%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	99%
Despesas Correntes Prevista	175.114.865,51
Despesas de Capital Prevista	54.639.042,00
Total Despesas Prevista	229.753.907,51
Despesas Correntes Liquidada	165.103.077,78
Despesas de Capital Liquidada	10.829.942,36
Total de Despesas Liquidadas	175.933.020,14
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	94%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	20%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	77%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	74%
Meta	100%

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,09 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 0,22. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 0,99, para cada R\$ 1,00 que havia previsto.

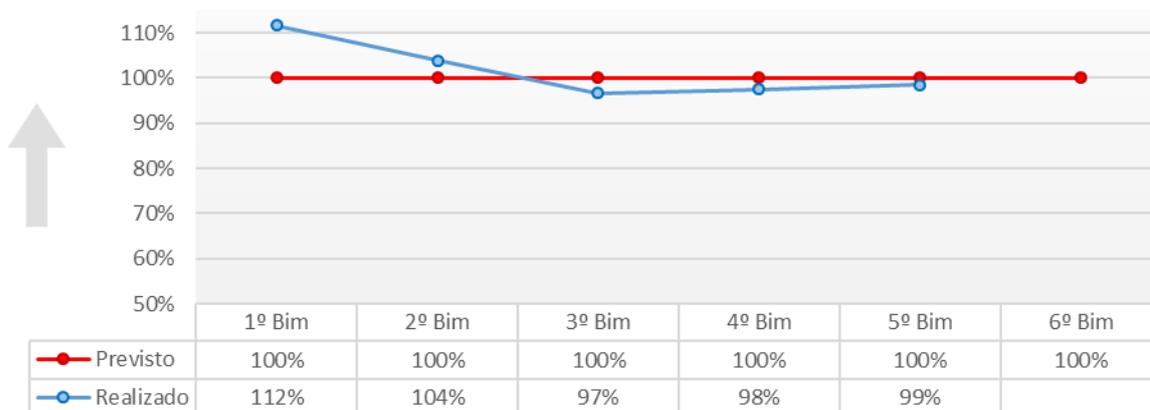
Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,94. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,20. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,77 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

Pelos dados apresentados, fica ainda demonstrado que para cada R\$ 1,00 de receita prevista, o Município arrecadou R\$ 0,99, isto é, por pouco não está atingindo as metas de arrecadação e consequentemente não está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

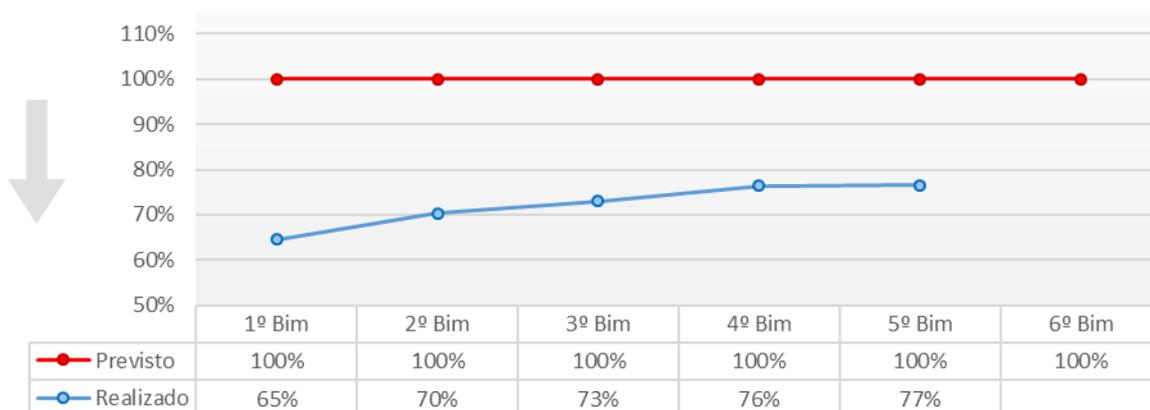
Do confronto entre receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,74. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estamos levando em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

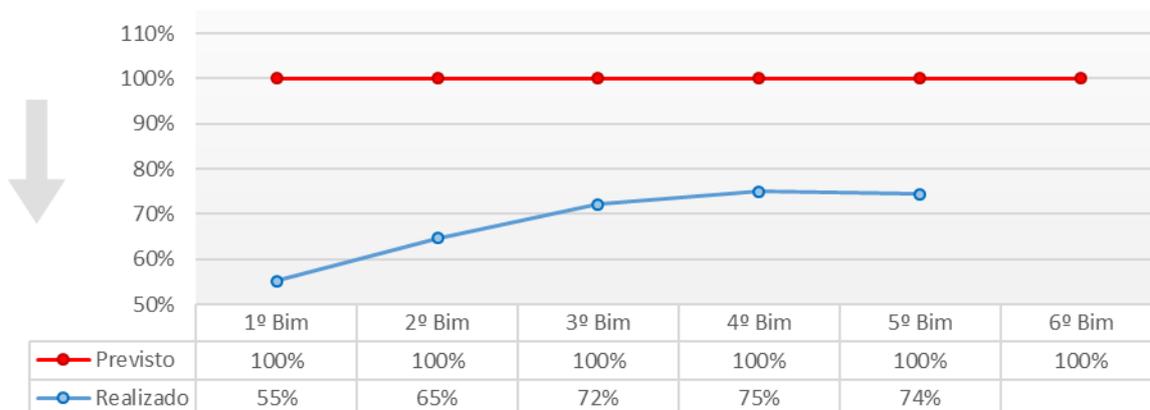
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.7 RESULTADO PRIMÁRIO

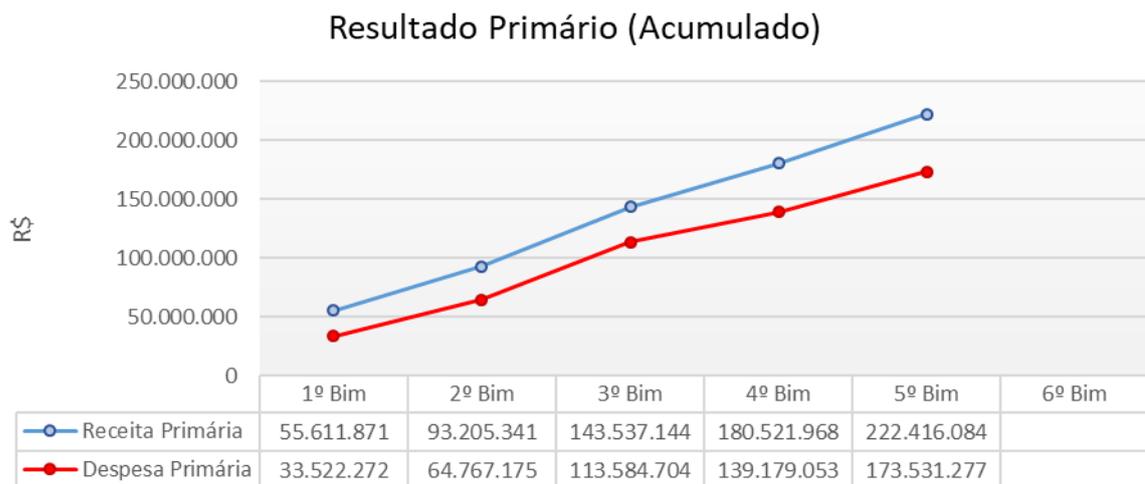
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Previsão Atualizada
Receita Primária	55.611.871	93.205.341	143.537.144	180.521.968	222.416.084		255.442.590
Despesa Primária	33.522.272	64.767.175	113.584.704	139.179.053	173.531.277		286.945.494

Resultado Primário	22.089.599	28.438.166	29.952.440	41.342.916	48.884.807		-31.502.904
% Rec x Des	166%	144%	126%	130%	128%		

Obs: para a despesa realizada, foi considerado o valor despesas liquidadas e restos a pagar não processados liquidados até o período em análise.

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Neste contexto, podemos evidenciar que até o encerramento do 5º bimestre de 2018 o município teve um resultado primário superavitário no montante de R\$ 48.884.807.



1.8 RESULTADO NOMINAL

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Dívida Consolidada	35.411.076	33.891.459	32.972.994	31.638.405	30.092.936		35.730.616
Deduções (Disp. de Caixa - RP) (-)	42.129.436	44.876.969	45.018.953	46.086.436	46.468.088		26.296.032
Receitas de Privatizações (+)	0	0	0	0	0		0
Passivo Reconhecidos (-)	31.611.938	30.293.867	28.988.527	27.906.670	26.611.274		31.727.376

Dívida Fiscal Líquida	-31.611.938	-30.293.867	-28.988.527	-27.906.670	-26.611.274		-22.292.793
-----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	-------------

Resultado Nominal	-9.319.146	-8.001.074	-6.695.734	-5.613.877	-4.318.482	
-------------------	------------	------------	------------	------------	------------	--

Fonte: RREO ANEXO 5

O resultado nominal, apesar de apresentar um valor negativo (R\$ -4.318.482), é um bom resultado para o Município, pois este ficou negativo em função da alta disponibilidade de caixa na data de apuração em relação ao montante da Dívida Consolidada Municipal. No entanto pelo gráfico abaixo é possível observar que o valor vem aumentando o que merece atenção do seu comportamento nos próximos períodos.



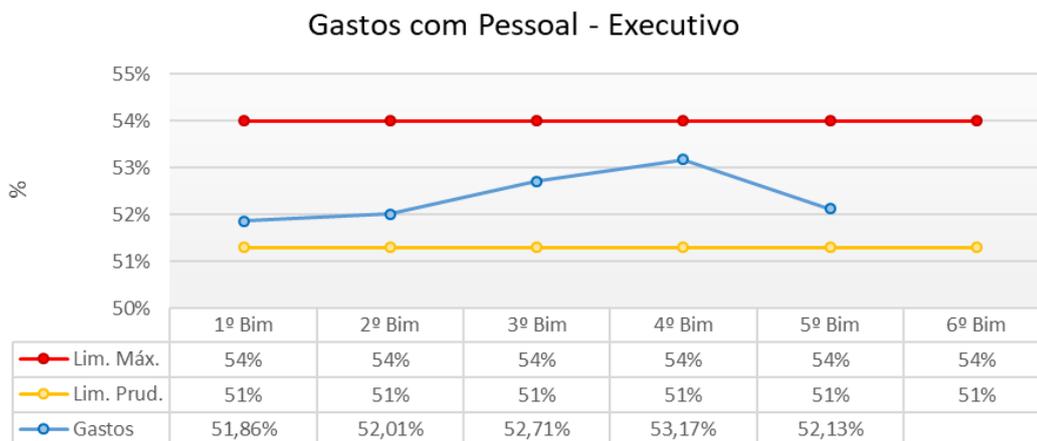
2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

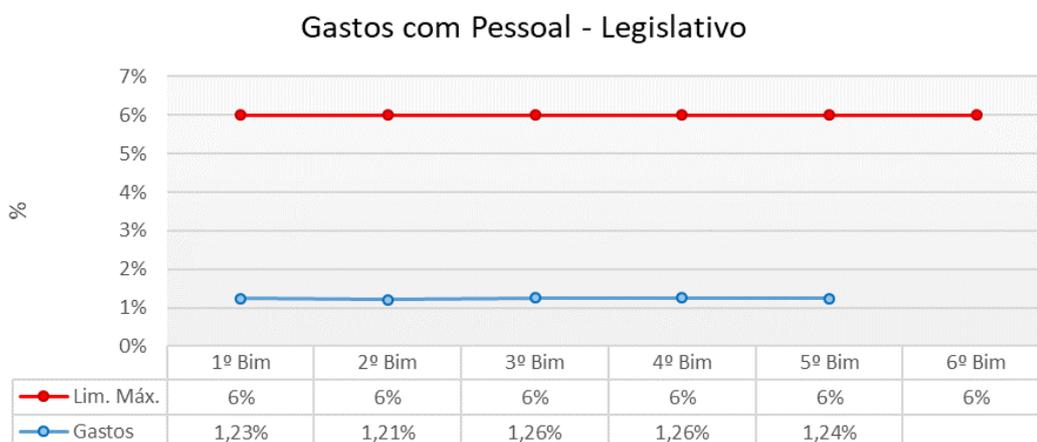
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida (últimos 12 meses) (anexo 3)	244.860.215	249.540.473	250.117.131	252.368.111	260.664.813	
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	132.224.516	134.751.855	135.063.251	136.278.780	140.758.999	
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	125.613.290	128.014.263	128.310.088	129.464.841	133.721.049	
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	126.971.010	129.797.067	131.830.476	134.196.355	135.876.931	
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	51,86%	52,01%	52,71%	53,17%	52,13%	
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	14.691.613	14.972.428	15.007.028	15.142.087	15.639.889	
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.012.817	3.024.771	3.149.179	3.167.734	3.241.476	
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	1,23%	1,21%	1,26%	1,26%	1,24%	
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)						
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	129.983.826	132.821.838	134.979.656	137.364.089	139.118.407	
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	53,08%	53,23%	53,97%	54,43%	53,37%	

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal está cumprindo o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54%), no entanto extrapolou o limite prudencial (51,3%).

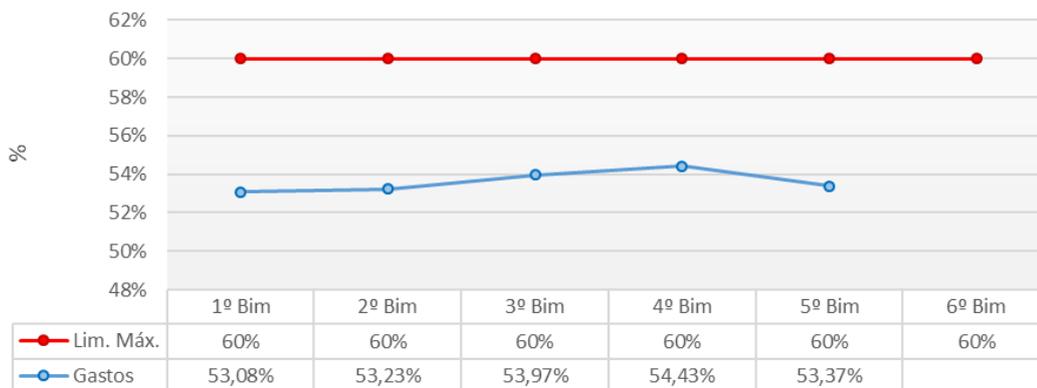


De acordo com o gráfico acima é possível observar que houve uma redução nos gastos com pessoal do poder executivo neste 5º bimestre, no entanto não saiu da faixa do limite prudencial.



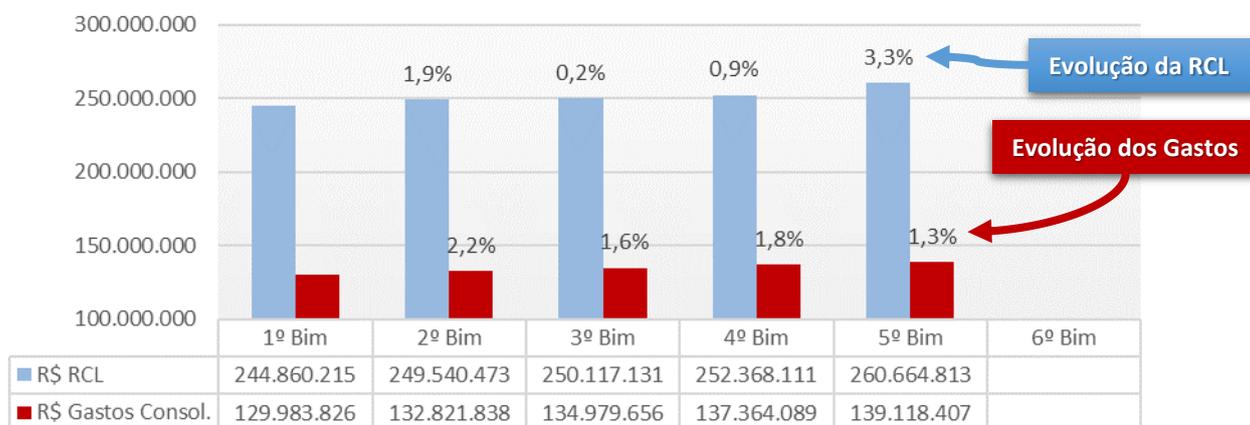
Com relação aos gastos do Legislativo, o índice está bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

Gastos com Pessoal - Consolidado



Nas informações consolidadas, o índice está cerca de 6,63% abaixo do limite máximo permitido.

RCL x Gastos Consolidados



No gráfico acima é possível verificar o comportamento da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores, sendo que nos primeiros bimestres deste exercício os aumentos com gastos foram sempre superiores que os aumentos da RCL, no entanto no 5º bimestre houve uma inversão, onde a evolução da RCL foi 2% maior que o aumento dos gastos. Isto é um sinal positivo que possibilita vislumbrar que o resultado do 6º bimestre poderá ficar abaixo do limite prudencial, no entanto não pode deixar de ser mencionado que mesmo com este sinal positivo houve um aumento com gastos com pessoal na ordem de R\$ 1.755mil no 5º bimestre, contrariando o que diz a LRF.

2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Dívida Consolidada	35.411.076	33.891.459	32.972.994	31.638.405	23.026.049		35.730.616
Deduções	42.129.416	44.871.002	45.018.953	46.086.436	51.503.221		26.296.032
Dívida Consolidada Líquida	-6.718.340	-10.979.543	-12.045.959	-14.448.031	-28.477.172		9.434.583

Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111	260.664.813		239.703.838
--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	-------------

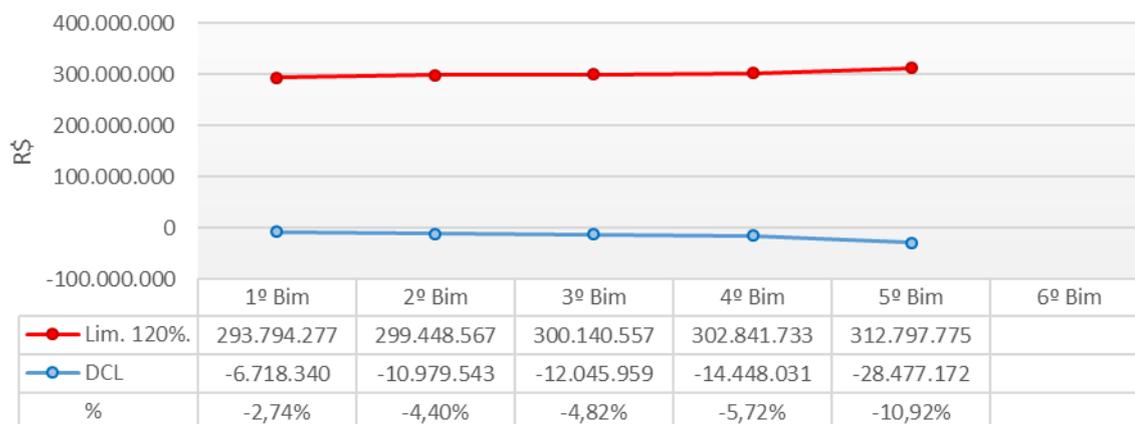
Limite Definido pelo Senado Federal (120%)	293.794.277	299.448.567	300.140.557	302.841.733	312.797.775		287.644.605
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	-------------

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-2,74%	-4,40%	-4,82%	-5,72%	-10,92%		3,94%
------------------------------------	--------	--------	--------	--------	---------	--	-------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida



2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111	260.664.813		239.703.838

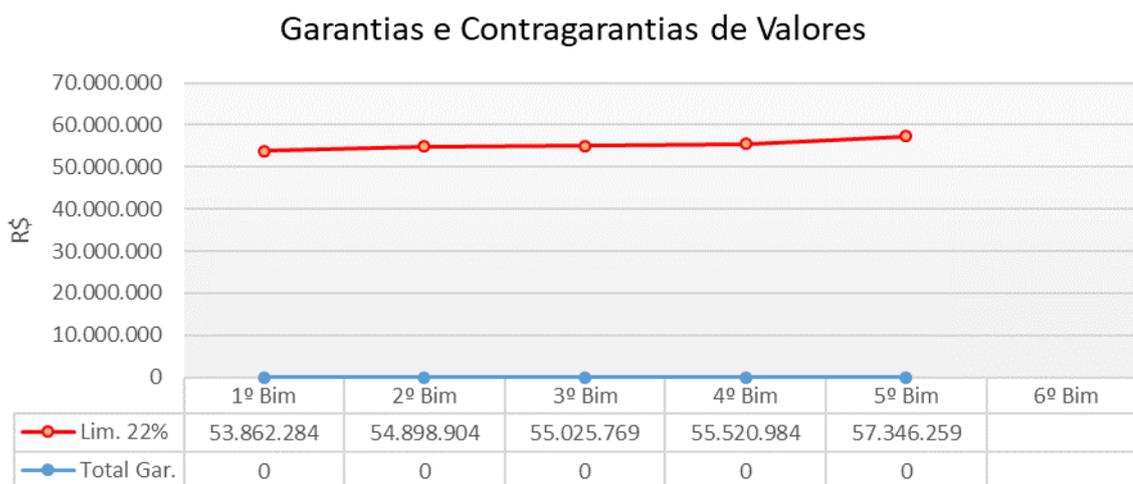
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	53.862.284	54.898.904	55.025.769	55.520.984	57.346.259		52.734.844
--	------------	------------	------------	------------	------------	--	------------

Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0	0	0		0
--	---	---	---	---	---	--	---

% da DCL de Navegantes sobre RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%
----------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	--	-------

Fonte: RGF Anexo 3

O Município de Navegantes, no 5º bimestre do exercício de 2018, não concedeu garantias.



2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111	260.664.813	
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	39.172.570	39.926.476	40.018.741	40.378.898	41.706.370	

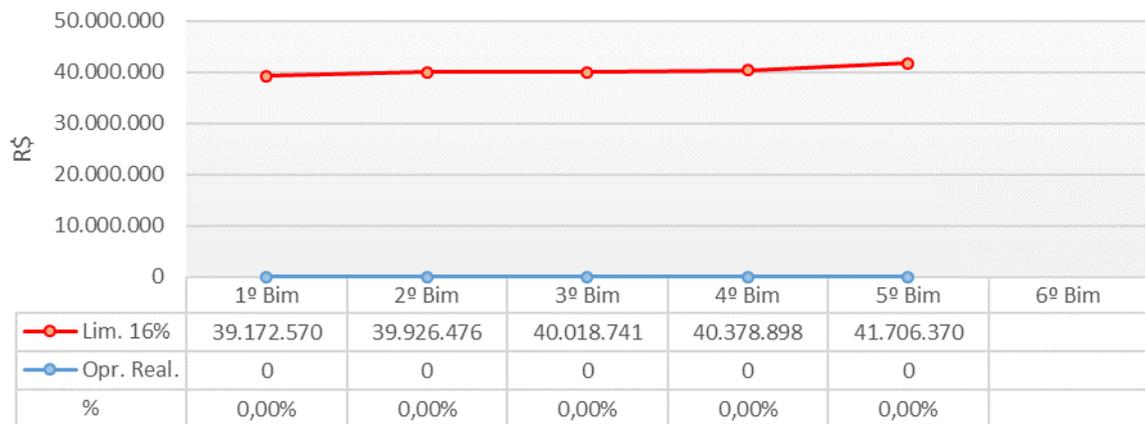
Total de Operações de Crédito realizadas	0	0	0	0	0	
--	---	---	---	---	---	--

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	--

Fonte: RGF Anexo 4

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes não contratou nova operação de crédito no período.

Limite de Operações de Crédito



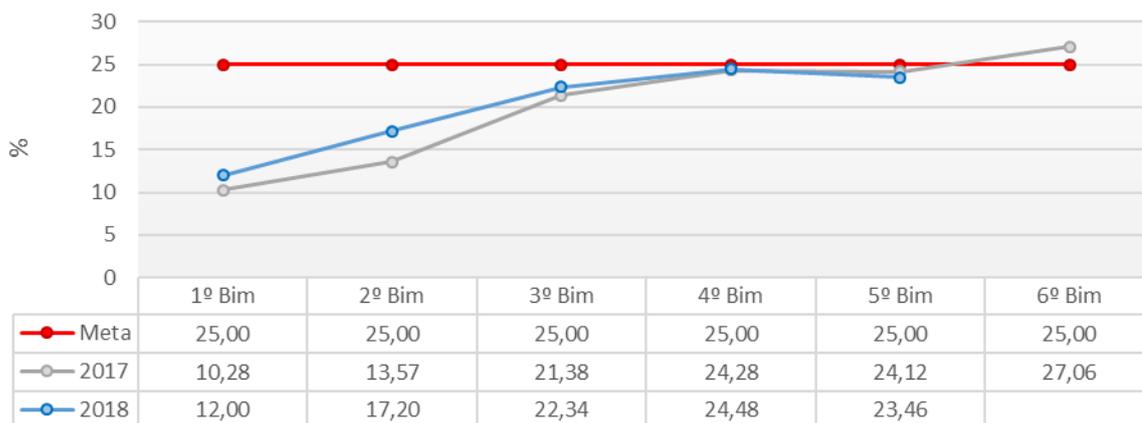
2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
37 - Total das Despesas para Fins de Limite	3.512.982,21	8.861.534,34	16.273.278,48	23.520.265,09	27.502.519,43	
3 - Total das Receitas com Impostos	29.273.653,27	51.520.939,55	72.837.121,96	96.094.156,78	117.250.757,69	
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	7.318.413,32	12.880.234,89	18.209.280,49	24.023.539,20	29.312.689,42	
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-3.805.431,11	-4.018.700,55	-1.936.002,01	-503.274,11	-1.810.169,99	
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	
Meta 2018	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município não está cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal que define a aplicação mínima de 25%, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



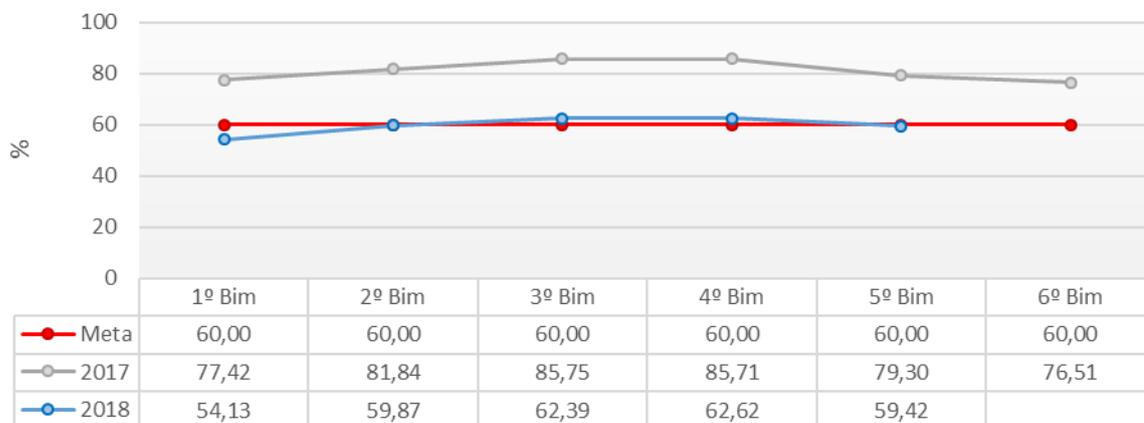
No entanto este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. Vale destacar que só existe o último bimestre deste exercício para tentar alcançar a meta, lembrando que o não atingimento enseja parecer pela rejeição das contas.

Aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB (art. 22 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
11 - Receitas Recebidas do FUNDEB	10.965.294,00	21.416.881,36	31.570.307,81	42.098.810,29	53.108.808,51	
60% dos Recursos Recebidos do FUNDEB	6.579.176,40	12.850.128,82	18.942.184,69	25.259.286,17	31.865.285,11	
13 - Total Gastos com Prof. Mag. pagos com recursos FUNDEB	5.935.650,12	12.823.178,11	19.698.118,11	26.363.813,35	31.557.380,64	
Valor +/- do percentual de 60% do FUNDEB c/ Prof. do Magistério	-643.526,28	-26.950,71	755.933,42	1.104.527,18	-307.904,47	
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	
Meta 2018	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no

magistério, o Município aplicou 59,42% do total de recursos disponíveis, ou seja, a partir do 5º bimestre não está mais cumprindo o disposto no Artigo 60, §5, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Aplicação mínima de 60% - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, era possível verificar uma ascendência na aplicação dos recursos do FUNDEB nas despesas com magistério até o 4º bimestre, mas conforme já mencionado, no 5º bimestre este percentual ficou abaixo dos 60% do limite. Caso o comportamento se mantenha, o atingimento da meta não deverá ser alcançado no último bimestre deste exercício.

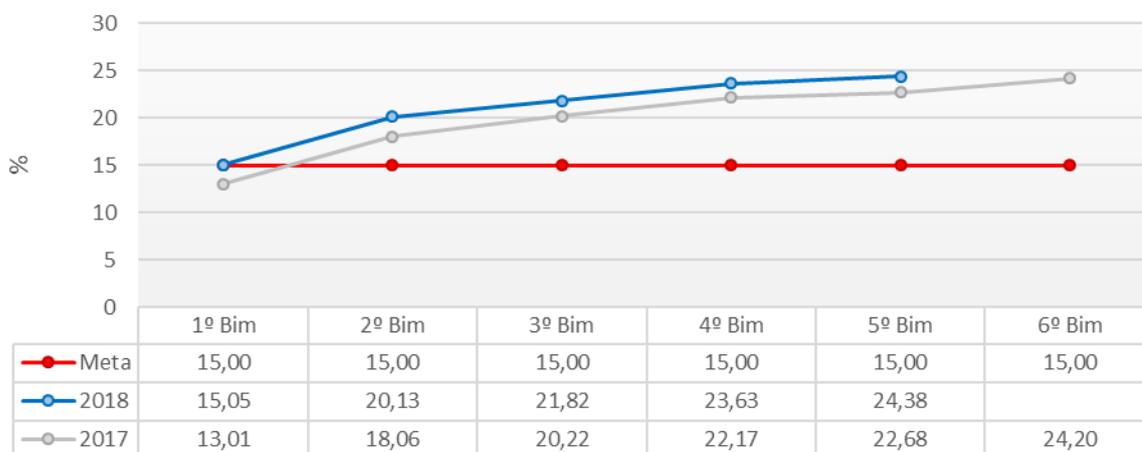
2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
IV - Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.487.977,00	13.178.646,36	21.470.920,16	30.431.418,00	38.403.389,96	
V - Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	1.084.459,95	2.807.906,06	5.579.547,15	8.029.087,68	10.127.998,03	
Total das despesas para efeito de cálculo (IV - V)	4.403.517,05	10.370.740,30	15.891.373,01	22.402.330,32	28.275.391,93	
Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	29.268.376,78	51.520.939,55	72.837.121,96	94.812.251,75	115.968.852,66	
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	4.390.256,52	7.728.140,93	10.925.568,29	14.221.837,76	17.395.327,90	
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	13.260,53	2.642.599,37	4.965.804,72	8.180.492,56	10.880.064,03	
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	
Percentual mínimo a ser aplicado 2018	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2018	0,05	5,13	6,82	8,63	9,38	
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20

Fonte RREO ANEXO 12

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$ 38.403.389,96. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 24,38% de aplicação da receita proveniente de impostos no período, comprovando assim, que CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Limite Constitucional - Saúde



De acordo com o gráfico anterior, é possível verificar que o percentual dos gastos com a saúde está se mantendo acima da meta desde o início do ano, mas também se verifica que o percentual dos gastos está mais alto que no ano anterior e muito acima do limite mínimo constitucional.

3 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

3.1 ATOS DO LEGISLATIVO

O Poder Legislativo Municipal no desempenho de suas funções de legislar, fiscalizar e julgar até o 5º bimestre de 2018 realizou:

Atos do Legislativo	Acumulado
Sessões	
Sessões Ordinárias	54
Sessões Extraordinárias	6
Sessões Solenes	1
Audiências Públicas	1
Total	62
Legislativo	
Projeto de Lei Ordinária	35
Projeto de Lei Complementar	0
Decreto Legislativo	10
Resolução	6
Emenda a LOM	1
Total	52
Executivo	
Projeto de Lei Ordinária	63
Projeto de Lei Complementar	5
Projeto de Emenda a LOM	0
Total	68
Proposições	
Indicação	621
Portaria	31
Recurso	0
Requerimento	305
Total	957

3.2 CÂMARA DE VEREADORES VERSUS LIMITES IMPOSTOS PELA LC Nº 101/2000 (LRF)

DADOS RELACIONADOS A CÂMARA DE VEREADORES (Acumulado):	5º Bim
Valor da Receita Corrente Líquida (12 meses)	R\$ 260.664.812,85

Total Gastos Pessoal Ativo (últimos 12 meses)	R\$ 3.241.476,19
Total Gastos Inativos e Pensionistas (últimos 12 meses)	R\$ 0,00
Contratos de Terceirização (artigo 18 da LRF)	R\$ 0,00
Total das despesas com pessoal	R\$ 3.241.476,19
Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 6% da RCL)	R\$ 15.639.888,77
Limite Prudencial (art. 20 da LRF - 5,7% da RCL)	R\$ 14.857.894,33
Diferença em valor do Limite Legal	-R\$ 12.398.412,58
Percentual Aplicado	1,24%
Diferença em Percentual	-4,76%

Valor da Receita Tributária e das Transferências de Impostos (exercí)	R\$ 139.433.498,41
Valor Suprimento Permitido até o período (7%)	R\$ 9.760.344,89
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 4.033.384,26
Limite da Folha em Relação aos Suprimentos (70%)	R\$ 6.832.241,42
Valor Gastos de Pessoal da Câmara até o período	R\$ 2.626.946,20
Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Permitidos	26,91%
Percentual de Gastos em relação so Suprimentos Recebidos	65,13%

Repasse efetuado no Prazo?	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Datas do Repasse	20/10/2018

Fonte: Camara de Vereadores

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, a Câmara de Vereadores, até a presente data está cumprindo os limites de pessoal estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Com referência ao artigo 29-a, inciso I, da Constituição Federal, conclui-se que o Município está cumprindo os limites nele estabelecidos, ou seja, os suprimentos até então repassados não superam a cifra de 7% da Receita Tributária e das transferências previstas no §5, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Com referência ao total dispendido pela Câmara de Vereadores com folha de pagamento, conclui-se que está sendo cumprido o limite de 70% do valor de sua receita (suprimentos permitidos), na forma de que dispõe o artigo 29-A, §1 da Constituição Federal. A transferência dos suprimentos para a Câmara de Vereadores foi efetuada no prazo, ou seja, foi obedecido o estabelecido no artigo 29-a, §2º, inciso II, da Constituição Federal.

3.3 DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Ativo Financeiro

Valor do Saldo Disponível	R\$ 882.042,25
Valor do Saldo Realizável	R\$ 0,00
Total Ativo Financeiro	R\$ 882.042,25

Passivo Financeiro

Valor dos Restos a Pagar	R\$ 0,00
Valor das DDO	R\$ 0,00
Valor das Despesas Liquidadas a Pagar	R\$ 0,00
Total Passivo Financeiro	R\$ 0,00

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Quociente: R\$ 0,00

O quadro acima aponta uma situação favorável, pois para cada R\$1,00 de recursos disponíveis a Câmara Municipal de Vereadores possui uma dívida a curto prazo de apenas R\$ 0,00. Diante deste quadro, conclui-se que o Poder Legislativo Municipal tende a fechar o exercício com Superávit Financeiro, cumprindo o estabelecido no artigo 48, alínea "b" da Lei 4320/64 e o Artigo 1º, 1§, da Lei Complementar nº 101/2000.

3.4 DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Transferência Corrente Prevista até o Período	R\$ 4.033.384,26
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 4.033.384,26

Percentual da Transferência Recebida em relação a Prevista	100%
---	-------------

Despesa Corrente Prevista até o período	R\$ 3.533.384,10
Despesa Capital Prevista até o período	R\$ 499.999,90
Total da Despesa Prevista até o Período	R\$ 4.033.384,00

Despesa Corrente Realizada até o período	R\$ 3.269.190,40
Despesa Capital Realizada até o período	R\$ 9.435,05
Total da Despesa Realizada até o Período	R\$ 3.278.625,45

Percentual da despesa Realizada em relação a prevista	81,29%
Saldo Orçamentário	R\$ 754.758,55

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Pelos dados aqui apresentados, podemos concluir que as Transferências recebidas pela Câmara de Vereadores correspondem a 100% do valor previsto para o período. Em se tratando da Despesa da Câmara de Vereadores, conclui-se que o Orçamento previsto no valor de R\$ 4.033.384,00, já foi executada a importância de R\$ 3.278.625,45, o que corresponde a 81,29%. Comparando a Transferência recebida com as Despesas realizadas, tem-se um Superávit Orçamentário Corrente no valor de R\$ 754.758,55.

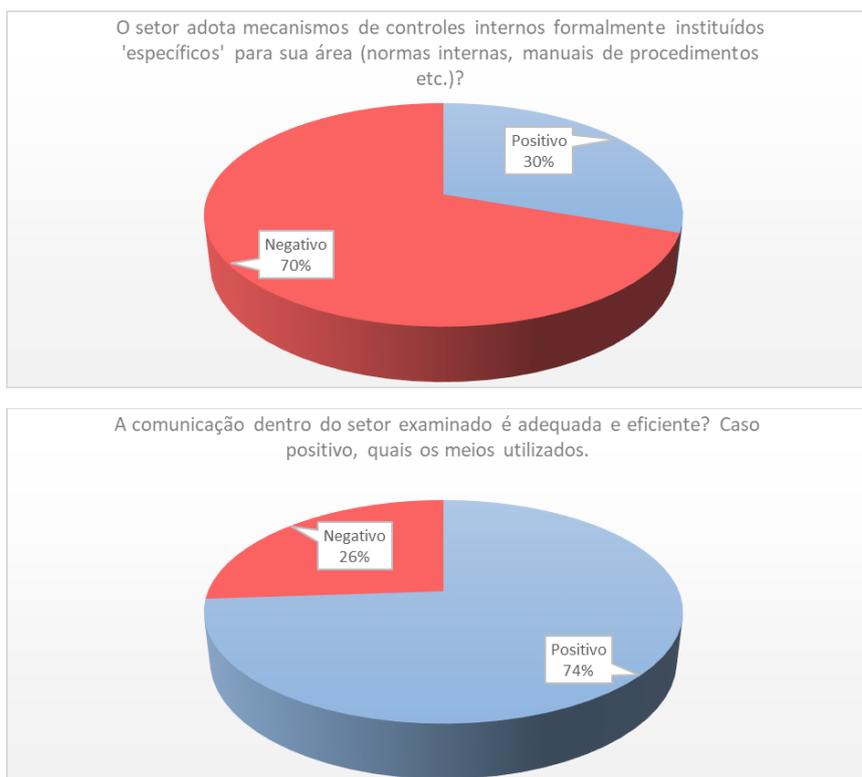
4 RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO)

Resultado da pesquisa realizada com todas as entidades e órgãos da Prefeitura Municipal de Navegantes, através de sistema informatizado de controle interno o qual possui a dinâmica de enviar questionamentos para os controladores setoriais e que após a conclusão das respostas são validadas pelos responsáveis das áreas (secretário, superintendente, etc.).

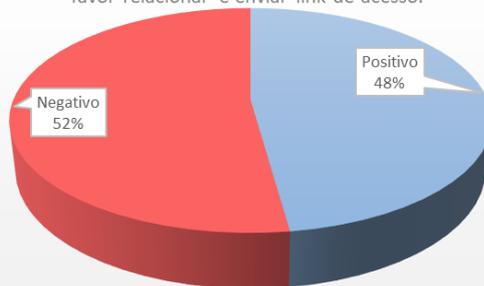
O sistema foi alimentado para a pesquisa do 5º bimestre de 2018 com 66 áreas, sendo 28 delas sobre temas específicos de atuação de cada área, 28 de ambientes de controle e 10 específicas de almoxarifado totalizando um total de 1310 perguntas.

Segue no decorrer desse capítulo uma apresentação geral do resultado da tabulação dos dados dos quesitos de ambiente de controle, que trata de perguntas padronizadas enviadas a todas as áreas, e também apontamentos do que achamos mais relevante e que possam contribuir de alguma forma para elucidar a situação das respectivas áreas.

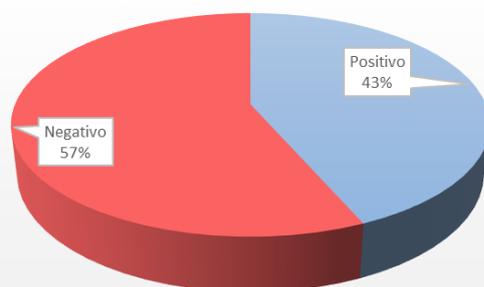
4.1 AMBIENTE DE CONTROLE



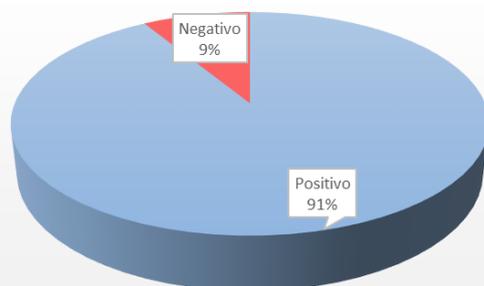
As atividades desenvolvidas no setor estão todas previstas/autorizadas em lei, decreto ou legislação adequada (princípio da legalidade)? Caso positivo favor relacionar e enviar link de acesso.



Os documentos (formulários, check-list, planilhas, etc.) padronizados no setor para as atividades desenvolvidas são revisados? Caso positivo anexar exemplo do último documento revisado.



Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência do setor, de forma a evitar funções conflitantes exercidas por um mesmo setor ou por uma mesma pessoa?



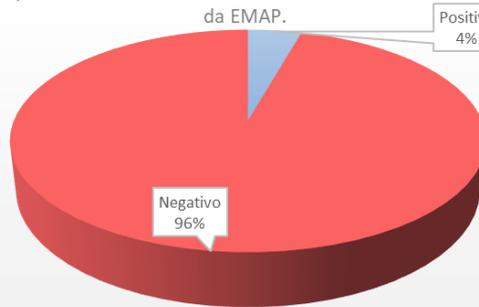
A quantidade de pessoal é adequada para a realização das atividades do setor?



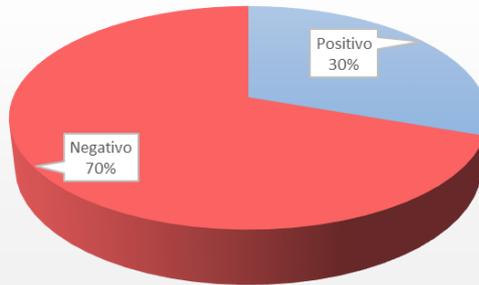
Existe escalonamento de férias do setor? Caso positivo favor anexar a programação de férias.



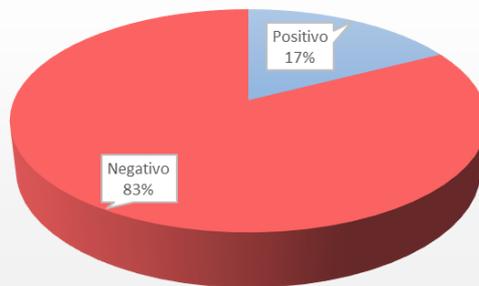
Existe plano/planejamento de capacitação adequado às necessidades do setor? Caso positivo favor anexar calendário. Obs.: não considerar os cursos da EMAP.



O setor identifica seus pontos fortes e fracos nas atividades desenvolvidas, fazendo reuniões periódicas com os colaboradores para analisá-las? Caso positivo favor enviar ata ou informar o resultado da última reunião.



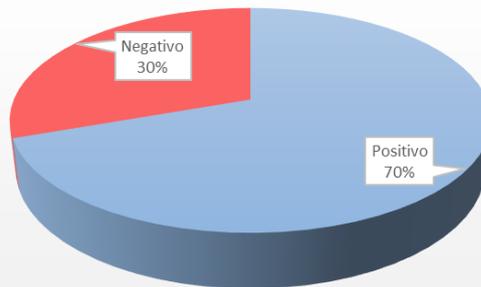
O setor possui indicadores de gestão pré-estabelecidos e os monitora? Obs.: em caso positivo, anexar os resultados dos indicadores do período.



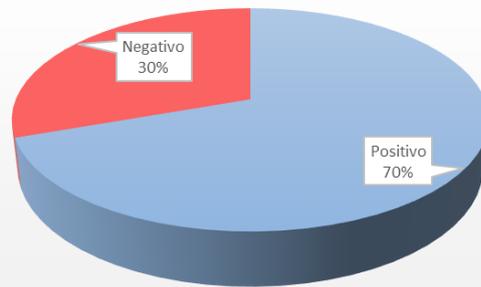
Foram solicitadas aberturas de processos administrativos disciplinares (PAD) ao Gabinete do Prefeito neste período? Caso positivo favor relacionar.



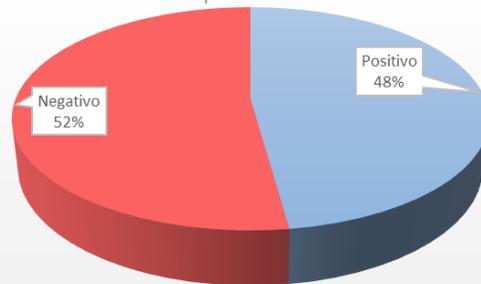
Existem mecanismos de controle de acesso a bens, a documentos, a informação e a registros, informatizados ou não?



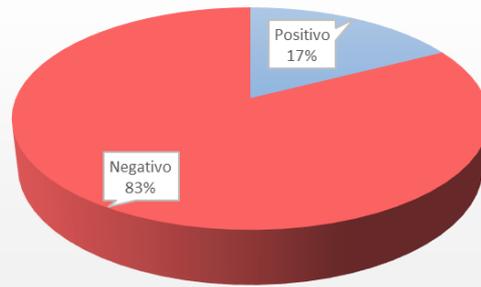
As Instruções Normativas vigentes, são objetos de estudo e análise entre os servidores, de acordo com a área de atuação?



Os objetivos dos programas de governo baseados na LOA da sua área estão sendo atingidos? Preencher as informações das metas físicas da planilha disponibilizada.



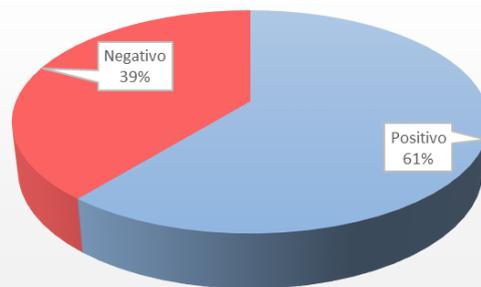
Esta área sofreu alguma auditoria? Caso positivo houve alguma recomendação e atendimento desta? Anexar registros comprobatórios.



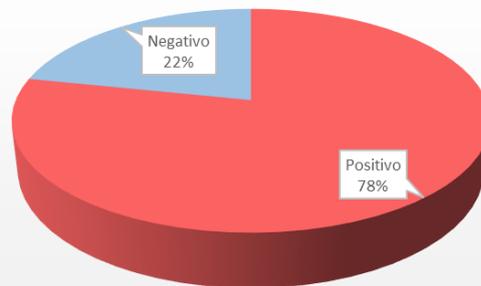
A área normalmente recebe manifestações negativas da ouvidoria? Caso afirmativo qual é o tratamento dado?



Existem fiscais de contrato na sua área? Caso positivo relacionar quais são as pessoas e enviar o último parecer/relatório emitido.



Existe alguma necessidade na área com relação a infraestrutura ADMINISTRATIVA que ainda não foi atendida (mobiliário, equipamentos, etc)? Favor relacionar.



4.2 PODER EXECUTIVO

4.2.1 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Do início do ano até o momento existe 74 (setenta e quatro) solicitações de instauração de processos pendentes. Foram instaurados 37 (trinta e sete) processos, resultando em um índice de 50,00% de atendimento da demanda de 2018.

No decorrer deste ano, 7 (sete) processos de sindicância dos 22 instaurados resultaram em abertura de PADs, conforme prevê o parágrafo único do art. 114 da LC nº 007/2003, resultando em 31,81% de efeito.

Até o momento não existe ainda a ferramenta TCA (Termo Circunstanciado Administrativo), mas esta ideia faz parte das reformas que possivelmente serão iniciadas no próximo exercício.

4.2.2 FUNDAÇÃO CULTURAL

Nada a declarar.

4.2.3 FUNDAÇÃO DE ESPORTES

Nada a declarar.

4.2.4 FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Nada a declarar.

4.2.5 PROCURADORIA

Solicitado informações referente ao montante da dívida judicial contabilizada neste período e dos precatórios a serem pagos pelo Município, mas não foi enviado nenhum dado alegando falta de tempo para levantamento das informações.

4.2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Patrimônio:

Neste período não houve nenhuma desapropriação de imóveis urbanos. O inventário anual continua com status de “em andamento”. Muitos quesitos foram respondidos sem nenhuma informação substancial, o qual acaba prejudicando o acompanhamento e monitoramento das atividades pela secretaria de gestão e controle.

O procedimento informado pelo departamento de patrimônio quando da necessidade de transferência interna de bens é a de que “os responsáveis deverão enviar comunicação interna ao departamento de patrimônio, solicitando a transferência do bem com a numeração do patrimônio, local a ser transferido e fotos do bem”, no entanto acreditamos que poucos colaboradores conhecem esta dinâmica e seria interessante partir desta área algum comunicado via circular ou algo do gênero e pensar em instrumentalizar este procedimento via instrução normativa.

Enviado como evidencia um e-mail de notificação ao novo secretário da pasta da FUMAN a fim dele fazer uma conferência dos bens patrimoniais que estão sob sua guarda, com isto acreditamos que durante a troca dos secretários das pastas seja possível fazer um mapeamento de qualquer divergência patrimonial, e em tempo responsabilizar os gestores anteriores caso necessário.

Compras:

Houve uma grande melhora nas informações repassadas por esta área, inclusive com envio de uma relação dos fiscais de contrato de diversas áreas.

Não houve neste período nenhuma realização de licitação na modalidade convite e foi confirmado, em diversos quesitos questionando sobre as regras de licitação, que estão sendo cumpridas em boa ordem (recursos orçamentários, publicidade, anterioridade, apreciação jurídica do edital, benefícios concedidos a micro e pequenas empresas, etc).

Recursos Humanos:

A informação repassada com relação ao percentual aplicado com gastos com pessoal no período está muito diferente do informado pela contabilidade via RREO, o que nos leva a acreditar que este índice não é acompanhado com a devida atenção por esta área.

Vários quesitos foram respondidos sem conteúdo substancial, o qual prejudica a análise e monitoramento da secretaria de gestão e controle.

Com relação ao questionamento referente ao cronograma de implantação do eSocial, ficamos preocupados com a resposta, uma vez que a informação repassada é a de que não se aplica a Prefeitura Municipal de Navegantes, mas os órgãos públicos possuem até 2020 para se adequarem e repassar as informações necessárias nos moldes desenhado pelo governo federal (item 6 deste relatório).

4.2.7 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Nada a declarar.

4.2.8 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nada a declarar.

4.2.9 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nada a declarar.

4.2.10 SECRETARIA DE DESENV. ECON. E RECEITA

O valor total protestado neste bimestre foi de R\$768.218,55. Foram enviadas 124 Certidões de Dívida Ativa para protesto. Destas 13 foram canceladas, 15 tiveram envio irregular (devido endereço) e 2 foram pagas. O valor que ingressou aos cofres públicos provenientes de protesto foi de R\$8.966,71.

Valores atualizados da dívida ativa até 31/10/2018 foi de R\$ R\$78.082.649,88, infelizmente não recebemos o quantitativo arrecadado proveniente da dívida ativa e nem se houve cancelamento/prescrição de créditos neste período.

A Planta Genérica de Valores ainda não foi implantada, porém tem previsão para ser revisada em 2019.

4.2.11 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Conforme lei que regulamenta o FUNDEB (LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007), no seu art. 24, §5º relaciona os casos de impedimento de participantes do conselho que de forma imprópria, tenha algum laço de parentesco com agentes políticos ou tesoureiros, contadores e controladores internos da Prefeitura, ou, ainda, mantêm relação contratual com o Município. Neste contexto, evidenciou-se que a Secretária de Educação é sobrinha do Prefeito e membro do referido conselho. De acordo com o setor competente a situação está sendo regularizada, nomeando novo membro, mas esta situação já foi constatada no período anterior e até o momento ainda não foi regularizada.

O Conselho anterior do FUNDEB não participou da elaboração da proposta orçamentária do Fundo, no entanto a atual formação já sinalizou através de sua presidente que participará ativamente da mesma. No entanto a última ata enviada da reunião do FUNDEB foi a do dia onze de setembro de 2018, não possuiu o quórum mínimo para deliberação e tomada de decisões de maior importância.

O Conselho de Alimentação ou da Merenda Escolar foi instituído e é composto por representantes do Poder Executivo, dos Trabalhadores da Educação, Pais de Alunos e da Sociedade Civil eleitos e com mandato temporário, no entanto, de acordo com o setor competente não há representantes dos alunos por falta de voluntários.

O Conselho de Alimentação Escolar acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade da merenda nas unidades escolares, as nutricionistas realizam os testes de aceitabilidade, porém até o momento o conselho não se manifestou formalmente quanto aos resultados deste processo. Última ata enviada deste conselho é referente ao dia doze de setembro de 2018.

4.2.12 SECRETARIA DE FINANÇAS

Ouve um problema durante a publicação dos RREO referente a área da saúde (anexo 12) junto ao sistema Betha, o qual está sendo resolvido para sanar as pendências de publicações legais.

Não houve neste bimestre nenhuma aquisição de operações de crédito. Também não foram assumidas obrigações sem autorização orçamentária com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

O saldo dos restos a pagar do período (processados e não processados) em 31/10/2018 foi de R\$ 2.987.925,45, sendo R\$ 105.289,18 processados e R\$ 2.882.636,27 não processados. No entanto vale ressaltar que existe restos a pagar processados de outros exercícios pendentes de regularização.

Todos os recursos que permanecem em conta corrente são aplicados em fundos de investimento com resgate automático ou poupança.

Diferentemente do que ocorreu no período anterior, neste não consta mais nenhum cheque emitido a mais de 180 dias que não foram compensados.

Tem se recorrido a elevado nível de alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais ou mediante transposições, remanejamentos e transferências, sendo que tal hipótese revela mau planejamento

orçamentário, contrariando princípio básico de responsabilidade fiscal, sendo que neste período em análise as suplementações são principalmente relacionadas com as despesas com pessoal e encargos.

Os parcelamentos previdenciários estão sendo cumpridos em boa ordem, vale ressaltar que o parcelamento efetuado com o instituto de previdência encerrou no mês de outubro, e com relação ao INSS os pagamentos são efetuados mensalmente.

4.2.13 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE

Realizado no mês de outubro um treinamento de reciclagem para os controladores setoriais, infelizmente não vieram todos. Está sendo tomado como regra que após a nomeação de um novo controlador setorial via portaria, o mesmo deverá se apresentar na secretaria de gestão e controle para receber um treinamento específico da atribuição. A última colaboradora a receber o referido treinamento foi a srta. Alessandra Regina no dia 12 de novembro de 2018.

Está sendo trabalhado em duas frentes para a melhora das informações e transparência, primeiro a remodelagem do site institucional junto a empresa contratada/prestadora de serviço (Merkadia), segundo o portal da transparência para acesso aos dados estatísticos e contábeis do município junto a empresa vencedora da nova licitação dos softwares de gestão pública (Betha).

Durante este bimestre houve 12 (doze) solicitações de informação através da ferramenta SIC, sendo todas elas respondidas dentro do prazo estabelecido. Todos os relatórios contábeis do período foram devidamente publicados (RREO) no portal da transparência municipal.

O controle dos gastos de combustível continua sendo controlado com o auxílio de um software de gestão que monitora os gastos por veículo e é autorizado o abastecimento mediante apresentação de um cartão eletrônico apenas no posto vencedor da licitação. Nenhum veículo da frota municipal possui monitoramento de atividade via GPS até o momento.

4.2.14 SECRETARIA DE GOVERNO

Não houve participação desta secretaria na pesquisa do 5º bimestre com relação a área específica: “Planejamento e Acompanhamento das Políticas Públicas - Legislação Local”, “Aplicação de Recursos Vinculados - Secretaria de Governo” e “Acompanhamento de Execução Contratual de Obras Edificações”

Neste período não houve nenhuma celebração de novas parcerias entre a administração e as organizações da sociedade civil. As que estão em andamento estão sendo regularmente prestadas as contas.

4.2.15 SECRETARIA DE OBRAS

Solicitadas informações referente a aplicação dos recursos provenientes da CIDE, mas foi alegado que não utilizam este tipo de recurso. E referente aos recursos da COSIP, não foi informado nenhum dado.

Esta secretaria não realiza a confecção de nenhum projeto para captação de recursos externos, informando que os projetos chegam prontos para execução, pois são elaborados pela Secretaria de Governo, cabendo a secretaria de obras apenas a realização da licitação.

Solicitado informações sobre uma equipe de gestão de projetos que consiste na participação deste o planejamento da obra até sua prestação de contas, mas infelizmente não existe equipe com esta finalidade.

4.2.16 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

Nada a declarar.

4.2.17 SECRETARIA DE SAÚDE

Ficou evidenciado que a Secretaria de Saúde atribui o controle do limite mínimo constitucional de aplicação de 15% da Receita de Impostos e Transferências em ações e serviços públicos de saúde ao Setor de Contabilidade. No entanto, entendemos que as informações a respeito dos índices constitucionais são elaboradas e publicadas pela contabilidade, mas a gestão dos recursos para cumprimento ou não das metas é de responsabilidade da secretaria de saúde, sendo assim é dever da mesma realizar o acompanhamento e tomar devidas ações para corrigir possíveis desvios que venham a ocorrer.

Houve neste bimestre a substituição dos representantes do Governo junto ao Conselho Municipal de Saúde de Navegantes (COMUSA), sendo designado as seguintes pessoas: Titular: Salete de Fátima dos Santos, Suplente: Alessandra Regina Lucas, Secretária Executiva: Carla da Silva de Carvalho.

4.2.18 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nada a declarar.

4.2.19 SECRETARIA DE TURISMO

Nada a declarar.

4.3 PODER LEGISLATIVO

4.3.1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nada a declarar.

4.4 AUTARQUIAS

4.4.1 NAVEGANTESPREV

Estão em processo de implantação diversas adequações das atividades desta autarquia a fim de obter a certificação do programa Pró-Gestão para o exercício de 2019.

4.4.2 SESAN

Nada a declarar.

Houve participação de 82% do total de áreas/questionamento enviados dentro do prazo estipulado (até o dia 20 de novembro), sendo que a Secretaria de Governo não contribuiu com nenhuma resposta das áreas

de sua responsabilidade. É compreensível que neste período houve diversas mudanças radicais na Secretaria de Governo, mas as informações devem ser repassadas para que possa ser feito o contínuo monitoramento das atividades desta secretaria.

5 IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)

Apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados no plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais ordenados segundo a ordem cronológica para os Municípios com mais de 50 mil habitantes.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)	Responsável	Status 5º Bimestre (Resposta obtida do setor)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Jan Ullrich	O SICONFI é realizado a partir da contabilidade do ente, mesmo com as atuações da autarquia
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Marcio Capela	Estão sendo adotados de forma parcial.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Márcio Rosa	Sem
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Sem
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Procedimentos ainda não implantados.

7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Em andamento, por enquanto somente a depreciação dos bens está sendo efetivamente utilizada no departamento.
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Procedimentos ainda não implantados.
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? o departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? quem irá repassar os procedimentos?
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Jan Ullrich	O SICONFI é realizado a partir da contabilidade do ente, mesmo com as atuações da autarquia
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? o departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? quem irá repassar os procedimentos?
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Márcio Rosa	Não sei precisar.

8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Bens de infraestrutura depende de comissão específica a ser designada pelo senhor prefeito municipal indicando equipe técnica.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Bens de patrimônio cultural depende de comissão específica a ser designada pelo senhor prefeito municipal indicando equipe técnica.
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.			Marcio Capela	Procedimentos ainda não implantados.
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? o departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? quem irá repassar os procedimentos?
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? o departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? quem irá repassar os procedimentos?

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390684/Portaria-STN-548-2015-anexo-pipcp/331a2764-dc97-473a-82b0-deb3cdd2380f> página 33

No que concerne à avaliação acerca da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nos chamou a atenção a alegação de falta de conhecimento de alguns responsáveis. **Sugere-se que estes busquem a leitura das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e da Portaria STN nº 548/2015.** A implantação dos procedimentos depende de um conjunto de fatores, pessoas, sistemas e setores, tendo cada setor, papel fundamental na adequada implementação das normas.

6 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO ESOCIAL

Foi realizado questionamento à Secretaria Municipal de Administração e Logística do Município referente à implementação dos processos para adequação ao eSocial, mas recebemos a informação que esta atividade “não se aplica” aos órgãos públicos, o que na verdade contraria o próprio cronograma publicado pelo órgão oficial do governo.



Como pode ser observado no quadro acima, existe diversas atividades voltadas aos órgãos públicos para o ano de 2020 e 2021 (coluna laranja), sendo assim continuaremos questionando e monitorando a efetivação das atividades pela Prefeitura Municipal de Navegantes a fim de se adequar a esta nova realidade.

7 METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informações referente ao acompanhamento do atingimento ou não das metas estipuladas no Plano Municipal de Educação, que tem vigência entre o período de 2015 a 2025.

Lei municipal nº	Lei Complementar nº 245 de 17 de junho de 2015				5º Bimestre/2018	
	META PME	Nro do Indicador	Descrição do Indicador	Ano	Meta Prevista	Meta Executada no Período - Dado Oficial
Meta 1. Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.	1.A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	2017	100	84,10%	Não atendeu
	1.B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola /creche.	2017	50	44,50%	Não atendeu
Meta 02. Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	2.A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.	2017	100	97,31%	Não atendeu
	2.B	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.	2017	95	71,30%	Não atendeu
Meta 3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos. Elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	3.A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	2017	100	74,70%	Não atendeu
	3.B	Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos.	2017	85	43%	Não atendeu
Meta 4. Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	4.A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.	2017	100	87,50%	Não atendeu
	4.B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2017	100	99,80%	Não atendeu
Meta 5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	5.A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)	2017	0	11,80%	Atendeu
	5.B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)	2017	0	18,50%	Atendeu
	5.C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)	2017	0	52%	Atendeu
Meta 6. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica.	6.A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.	2017	50	39,10%	Não atendeu
	6.B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.	2017	50	98,10%	Atendeu
Meta 7. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.	7.A	Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.	2017	5	6,1	Atendeu
	7.B	Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.	2017	4,9	4,9	Atendeu
	7.C	Média do IDEB do ensino médio.	2017	4,4	3,8	Não atendeu
Meta 8. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	8.A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade	2017	12	IND	Não oferecemos
	8.B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural	2017	12	IND	Não oferecemos
	8.C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.	2017	12	IND	Não oferecemos
	8.D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	2017	100	IND	Não oferecemos
Meta 9. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96% (noventa e seis por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	9.A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	2017	96	95,80%	Não atendeu
	9.B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	2017	11%	23,90%	Atendeu
Meta 10. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	10.A	Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional.	2017	2%	0,00%	Não atendeu
Meta 11. Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	11.A	Total de escolas que ofertam educação profissional de Ensino Médio no Município de Navegantes	2017	5	105	Atendeu

Lei municipal nº	Lei Complementar nº 245 de 17 de junho de 2015				5º Bimestre/2018	
META PME	Nro do Indicador	Descrição do Indicador	Ano	Meta Prevista	Meta Executada no Período - Dado Oficial	Avaliação da Meta
Meta 12. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	12.A	Taxa bruta de matrículas na educação superior.	2017	50	22,10%	Não atendeu
	12.B	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior.	2017	33%	13,40%	Não atendeu
Meta 13. Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	13.A	Percentual de docentes com Mestrado ou Doutorado na Educação Superior.	2017	75%	IND	Não oferecemos
	13.B	Percentual de docentes com Doutorado na Educação Superior.	2017	35%	IND	Não oferecemos
Meta 14. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	14.A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.	2017	60.000	IND	Não oferecemos
	14.B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.	2017	25.000	IND	Não oferecemos
Meta 15. Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	15.A	Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.	2017	100%	58,90%	Não atendeu
Meta 16. Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	16.A	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede municipal	2017	50%	30,9	Não atendeu
	16.B	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Estadual	2017	75%	IND	Não oferecemos
	16.C	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Privada	2017	50%	IND	Não oferecemos
	16.D	Percentual de docentes que participam de formação continuada.	2017	100%	IND	Não oferecemos
Meta 17. Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	17.A	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede municipal.	2017	60%	75,51%	Atendeu
	17.B	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede estadual	2017	60%	IND	Não oferecemos
Meta 18. Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	18.A	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede municipal de ensino.	2018	2.135,82	1.534,72	Não atendeu
	18.B	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede estadual de ensino.	2018	2.135,82	2.397,23	Atendeu

Lei municipal nº	Lei Complementar nº 245 de 17 de junho de 2015				5º Bimestre/2018	
META PME	Nro do Indicador	Descrição do Indicador	Ano	Meta Prevista	Meta Executada no Período - Dado Oficial	Avaliação da Meta
Meta 19. Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	19.A	Nível 1 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2017		0	Atendeu
	19.B	Nível 1 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2017		100,00%	Atendeu
	19.C	Nível 2 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2017		13,50%	Atendeu
	19.D	Nível 2 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2017		38%	Atendeu
	19.E	Nível 3 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2017		0,00%	Atendeu
	19.F	Nível 3 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2017		6,20%	Atendeu
	19.G	Nível 4 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	2017		50,00%	Atendeu
	19.H	Nível 4 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	2017		50,00%	Atendeu
	19.I	Nível 5 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2017		IND	Não oferecemos
	19.J	Nível 5 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2017		IND	Não oferecemos
	19.K	Nível 6 - Percentual das Escolas municipais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2017		IND	Não oferecemos
	19.L	Nível 6 - Percentual das Escolas estaduais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2017		IND	Não oferecemos
Meta 20. Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	20.A	Percentual do limite constitucional na educação na rede municipal	2017	25%	35,78%	Atendeu
	20.B	Percentual do limite constitucional na educação na rede Estadual	2017	25%	19,15%	Não atendeu
	20.C	Aplicação do limite na rede municipal máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2017	40%	24,49%	Não atendeu
	20.D	Aplicação do limite na rede estadual máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2017	40%	15,57	Não atendeu

Fonte: Arquivo anexado no quesito 15.28 a partir da página 86.

Registramos aqui a necessidade da implementação de medidas com vistas ao atingimento das metas estipuladas no Plano Municipal de Educação.

8 ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LOA

Segue relação de todas as atividades relacionadas na ferramenta orçamentária LOA que possuem metas físicas estipuladas para o exercício 2018, onde é possível verificar o status de cada uma delas até o 5º bimestre.

Órgão	Título	Meta Física - Exercício 2018				Realizado
		Produto	MT	KM	UN	% EXEC.
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREAD	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara	Imóvel			1	0%
FUN. HOSPITALAR DE NAVEGANTE	Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar	Obras	43			0%
FUN. HOSPITALAR DE NAVEGANTE	Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa	Usuários Atendidos			58.217	0%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	Publico			5.250	111%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	Publico			2.900	44%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento de Centros Municipais de Cultura	Publico			12.200	Sem Resp.
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura	Publico			16.663	39%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	Publico			7.498	84%
FUN. DE ESPORTES	Construção de Áreas Esportivas bairro Meia Praia	Obra	1.300			0%
FUN. DE ESPORTES	Aquisição de ônibus	Ônibus			1	0%
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Natal	População			1.000	0%
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	Projetos			5	0%
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	Projetos			15	0%
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	Atletas			60	0%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	Sinalização Viária		5		160%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Defesa	Equipamentos			40	10%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Defesa	Veículo			1	0%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	Veículo			1	0%
FUMAN	Implantação do Parque Ambiental	Equipamentos			100	Sem Resp.
FUMAN	Aquisição de equipamento	Equipamentos			30	Sem Resp.
FUMAN	Aquisição de veículos	Veículos			1	Sem Resp.
FUMAN	Concientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	Material Educativo			500	Sem Resp.
FUN. DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC	Manut. e Func. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Atendimentos			450	62%
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMREBOM	Veículos e equip.			110	Sem Resp.
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	Obra	380			Sem Resp.
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM - Apoio Operacional	Atendimento			2.700	Sem Resp.
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Aquisição de Veículos	Veículo			1	300%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	Atendimentos			250	364%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Socioeducativas	Atendimentos			40	250%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFMS	Atendimentos			510	22%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem	Atendimentos			250	225%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção de Saúde	Atendimentos			1.100	107%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade	Atendimentos			18	56%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	Atendimentos			5.000	17%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Família	Atendimentos			1.360	141%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Saúde	Atendimentos			250	364%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento das Ações Estratégicas do SUS	Atendimentos			250	140%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infância Melhor	Atendimentos			200	Despactuado
FUN. DE SAÚDE	Implantar prontuário informatizado em todas as Unidades	Prontuários Infor.			6	100%
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Atenção	Obras	22			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS Nossa Senhora das Graças	Obras	39			0%
FUN. DE SAÚDE	Ampliação UBS Porto das Balsas	Obras	22			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS São Pedro	Obras	105			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS São Domingos II	Obras	178			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS Central	Obras	84			0%
FUN. DE SAÚDE	Ampliação UBS Escalvados	Obras	22			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	Obras	90			0%
FUN. DE SAÚDE	Aquisição de Veículos p/Saúde	Veículos			6	83%
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	Obras	1.700			0%
FUN. DE SAÚDE	Construção do Centro de Reabilitação Animal	Obras	60			0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Programa Saúde na Escola	Usuários atendidos			14.500	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de vigilância Epidemiológica	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos das Ações de Dengue	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS	Usuários atendidos			15.383	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Programa Hipertensão	Usuários atendidos			31.534	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário	Func. Capacitados			71	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do PAB	Usuários atendidos			58.217	0%

Órgão	Título	Meta Física - Exercício 2018				Realizado
		Produto	MT	KM	UN	% EXEC.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do NASF	Usuários atendidos			36.386	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa Assistência Farmacéutica	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos da Gestão do SUS	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do SAMU	Usuários atendidos			2.496	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial	Usuários atendidos			247	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas	Usuários atendidos			3.732	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos da Vigilância Epidemiológica	Usuários atendidos			5.370	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Programa de Financiamento das Ações de Saúde Bucal	Usuários atendidos			29	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção das Unidades de Atenção Especializada	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e Alta Complexidade	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Diagnóstico e Referência em Saúde Bucal	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas	Usuários atendidos			58.217	0%
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Centro de reabilitação Animal	Usuários atendidos			3.732	0%
NAVEGANTESPRESV	Aquisição de Sede Própria para Instituto de Previdência	Obra	125			0%
NAVEGANTESPRESV	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	Aposen. e Pensio.			228	117%
NAVEGANTESPRESV	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	Beneficiários			30	187%
PROCURADORIA	Manutenção e funcionamento do PROCON	Atendimento			2.764	100%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de imóveis para Escolas de Ensino Fundamental	Compra de Imóvel			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de imóveis para Escolas de Educação Infantil	Compra de Imóvel			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de Parques Infantis	Compra de Parque			2	200%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Climatização dos ambientes	Ambientes			30	237%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Laboratórios de Informática	Construção de Laboratório de Inf.			3	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Salas de Recursos Multifuncionais	Construção de sala multifuncional			3	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Centros de Atendimento de Contra Turno	Construção de Centro de Contra T.			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de onibus para o transporte escolar dos alunos	Compra de onibus			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de vans para o transporte escolar dos alunos	Compra de van			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Quadras Escolares E.M. Profª Rosa Maria Xavier	Construção de quadra			1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental Escola Profª Rosa Maria Xavier	Obra de ampliação	1.219,85			0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Escolas de Ensino Fundamental São Domingos	Obra de construção	3.228			0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Escolas de Educação Infantil Bairro Gravata	Obra de construção	2.000,00			0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	Alunos			308	81%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	Alunos			282	101%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	Alunos			5.133	167%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	Alunos			8.480	63%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Programa Aprender	Alunos			5.133	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Programa Talentos Hoje	Alunos			674	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Integral modular	Alunos			674	68%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Ensino Fundamental	Alunos			5.133	186%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Educação Infantil	Alunos			8.480	20%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Creche	Alunos			2.927	119%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda escolar Educação de Jovens e Adultos	Alunos			282	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Ensino Fundamental	Alunos			208	193%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Creche	Alunos			31	52%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Educação Infantil	Alunos			26	108%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Capacitação e Aperfeiçoamento para todos os Profissionais	Carga Horária			80	560%
SEC. DE PLANEJAMENTO URBANO	Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Infraestrutura	Projetos Desen.			10	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas de Criança	Atendimentos			450	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Criança	Atendimentos			450	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Cidadania	Atendimentos			700	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas de Criança	Atendimentos			500	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Juventude	Atendimentos			500	Sem Resp.
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Aquisição de veículos	VEICULO			1	Sem Resp.
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Aquisição de Equipamentos	COMPLEMENTOS AGRICULAS			3	167%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura	AGRICULTORES			200	100%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Manutenção e Funcionamento do Programa Horta em Todas as Escolas	HORTA			4	200%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Manutenção e Funcionamento do Programa PROATER	AGRICULTORES			200	100%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Orientação e Capacitação dos Produtores do Município	AGRICULTORES			200	100%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Dragagem da Lagoa Bairro São Pedro	PECADORES			1	Sem Resp.
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PE	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Pesca	PECADORES			180	56%

SEC. DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL	Aquisição de veículos para a Secretaria de Segurança Pub	Veículo			1	Sem Resp.
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento da Diretoria dos Cursos de	Atendimento			2.000	84%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa Projovem Ad	Atendimento			30	100%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção a	Atendimento			1.000	112%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	Atendimento			18	56%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	Atendimento			12.800	102%
SEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	Ano			1	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Atualização da Planta de Valores	Ruas			739	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv.	Contribuintes			48.000	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Manutenção e Funcionamento do Sine	Atendimentos			19.200	Sem Resp.
SEC. DE GESTÃO E CONTROLE	Manutenção e Funcionamento do Programa Navegantes	Atendimentos Ouvidoria			300	243%
SEC. DE GESTÃO E CONTROLE	Manutenção e Funcionamento do Programa Controle na	Ações de fiscalização			60	527%
SEC. DE OBRAS	Implantação e manutenção de estruturas para acessibilid	Pavimentação	4.000			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Pavimentação e infraestrutura das vias publicas	Pavimentação	21.000			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Revitalização de praças e jardins	Praças e jardins	1.250			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Implantação do Binário do Aeroporto	Pavimentação	4.650			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Ampliação da rede de iluminação publica	Atendimentos	1.500			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Aquisição de veículos para a Secretaria de Obras	Veículos			2	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Aquisição de Maquinas para a Secretaria de Obras	Máquinas			1	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Construção de Praça de Convivência - Região do Aeropor	Construção	2.078			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Molhe de Gravatá	Construção	70			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Reconstrução parcial da estrutura turística da Praia de Gra	Construção	4.188			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Macro Drenagem da Região Central - Baica B	Construção	1.260			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Calçadas Av. Prefeito José J. Mafra/Av. Cons. João Gaya	Calçadas	6.000			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Drenagem, pavimentação, calçadas acessíveis Ruas:Itajai	reangem e Pavimentaçã	50.000			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Macadamização e recuperação de vias publicas	Vias públicas	3.000			Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Manutenção de serviços de iluminação publica	Atendimento			7.200	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Manutenção da frota de maquinas e veiculos da Secretar	Máquinas e veículos			56	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Impermeabilização do reservatório de agua na Rua Rodol	Obra	2.000			Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Ampliação da Rede de distribuição de água	Equipamento			30	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Ampliação da capacidade de Bombeamento e Presurizaçã	Equipamento			40	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção e substituição da rede pluvial	Manutenção			110	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção e Funcionamento do Programa: Recicle seu	Material educativo			500	Sem Resp.
SEC. DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	Projeto Verão	Eventos			3	100%
SEC. DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	Aniversário do Município	Eventos			1	100%

As informações "Sem Resp." significam que não foi enviado nenhuma informação para o controle interno. Quando a informação é "0%" significa que foi respondido em boa ordem, mas a quantidade executada é zero ou não possuem este tipo de controle para informar.

Observa-se neste tópico um índice muito elevado de não participação na pesquisa, inviabilizando as atividades de monitoramento/acompanhamento das metas físicas realizadas das ações de governo por parte deste órgão de controle interno.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal, envolve o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Neste sentido, tem-se trabalhado fortemente no desenvolvimento do Sistema de Controle Interno Municipal, mediante uma série de ações que foram desenvolvidas e outras que estão em desenvolvimento. Para o cumprimento de sua missão institucional, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle tem atuado por meio das seguintes ações:

- Normatização de procedimentos;
- Treinamento de servidores;
- Monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, de custos além de ações de governo, atingimento de metas a implantação de mecanismos de gestão;
- Análise de prestações de contas;
- Análise de atos de aposentadorias e pensões;
- Auditorias internas;
- Promoção da transparência, acesso à informação e ouvidoria.

Os dados do presente relatório apontam várias situações favoráveis, como superávit orçamentário, superávit financeiro, atingimento de metas de resultado primário e nominal, cumprimento dos limites de endividamento, cumprimento dos limites máximos de gastos com pessoal, cumprimento do limite mínimo em ações e serviços públicos de saúde, dentre outros.

No entanto, outras situações desfavoráveis chamaram a atenção e necessitam da adoção de medidas administrativas. Primeiramente destacamos o não cumprimento parcial do limite mínimo de aplicação em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. O índice verificado ficou um pouco abaixo do limite constitucional. É preciso acompanhar e adotar medidas para garantir a referida aplicação mínima. Além disso, com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o Município aplicou 59,42% do total de recursos disponíveis, ou seja, a partir do 5º bimestre não está mais cumprindo o disposto no Artigo 60, §5, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Outra situação evidenciada foi o não atingimento das metas de arrecadação. Neste caso, as metas não atingidas referem-se tão somente às Receitas de Capital, porém o não atingimento das metas inviabiliza investimentos previstos na Lei Orçamentária Anual, fazendo com que o município tenha um baixo percentual de investimentos na execução das despesas.

A situação mais preocupante refere-se aos gastos com pessoal do Poder Executivo Municipal, que representaram, ao final do 5º bimestre do exercício, o percentual de 52,13%, ou seja, ainda acima do limite prudencial (51,3%) de que trata a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder Executivo Municipal já havia ultrapassado o limite prudencial no fechamento do 1º quadrimestre do exercício e permaneceu acima no 2º quadrimestre, ficando sujeito às vedações do parágrafo único do art. 22 da referida Lei Complementar, conforme segue:

- concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criação de cargo, emprego ou função;
- alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

No 5º bimestre, embora a avaliação seja quadrimestral, o Município apresentou uma reagida, elevando a Receita Corrente Líquida, principalmente em decorrência de ganhos em aplicações do NAVEGANTESPREV, diminuindo um pouco o percentual, porém permanecendo acima.

Estas vedações, muitas vezes, prejudicam a execução de diversas políticas públicas. Assim, cabe à administração municipal adotar medidas para a redução do referido índice, seja por medidas em relação a redução de gastos em sua folha de pagamento, seja pela adoção de medidas para o incremento das receitas.

No que concerne às medidas para a redução das despesas de folha de pagamento, não vislumbramos qualquer medida. Muito pelo contrário, de acordo com informações obtidas junto à Secretaria de Administração, após o atingimento do limite prudencial foram realizadas 112 contratações temporárias de excepcional interesse público, 6 nomeações para cargos em comissão, 10 admissões de servidores efetivos e ainda foram pagas 1.601 horas extras, configurando aparente **descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (recomenda-se a abertura de sindicância para apurar os responsáveis)**. Além disso, a folha de pagamento cresce naturalmente conforme a evolução dos servidores em suas respectivas carreiras. A não adoção das providências cabíveis em relação à folha de pagamento, além de sujeitar o gestor às penalidades

nos termos da LRF e Lei nº 10.028/2000, pode provocar um “colapso” nas contas públicas, a inviabilidade de execução/manutenção de diversas políticas públicas e a incapacidade de investimentos.

Por outro lado, devem também ser adotadas medidas para o incremento de arrecadação. Pelo crescimento da receita tributária municipal abaixo da inflação, percebe-se a não efetividade das ações de arrecadação adotadas pelo município. O alto valor da dívida ativa corrobora esta situação. A Lei Complementar nº 334/2017 entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 2017, porém a cobrança das dívidas por meio de protesto iniciou apenas em meados do mês de outubro, surtindo, até o momento, poucos efeitos. Soma-se a isso a quase irrisória contribuição de melhoria nos últimos anos, o que merece atenção. Afinal várias pavimentações foram entregues à população no período, no entanto, percebe-se uma queda constante desta receita. É importante destacar que não há discricionariedade em “cobrar” ou “não cobrar”. O gestor público tem o dever de arrecadar, este é um dos pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, sabe-se da posse há pelo menos 1 (um) ano, por parte do município, do estudo para a nova “Planta Genérica de Valores”, com vistas a atualizar as bases de cálculos defasadas de muitos anos para a cobrança de tributos imobiliários. No entanto, não vislumbramos qualquer iniciativa, estudo ou movimentação para colocá-la em prática, mediante projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo. Esta também poderia representar uma medida de incremento de arrecadação e, ao mesmo tempo, melhorias e atualização nas bases de cálculo, promovendo maior “justiça tributária”.

Contudo o que se quer chamar a atenção aqui, principalmente em relação às metas de arrecadação e em relação aos limites de gastos com pessoal, é que a situação vem piorando gradativamente, o que indica que medidas urgentes precisam ser tomadas. Não se quer dizer que o “protesto” dos créditos tributários ou a “Planta de Valores” são as soluções para os problemas. Apenas se quis mostrar como algumas medidas poderiam contribuir.

Por fim, considerando os dados acima relatados, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle alerta para a necessidade de maior engajamento dos órgãos governamentais nas ações de monitoramento do sistema de controle interno, alerta para que se atendam as recomendações realizadas nos relatórios de auditoria interna, alerta para que seja observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da LC nº 101/2000 e alerta, também, para que se adotem as medidas necessárias para a recondução dos gastos com pessoal abaixo do limite prudencial.

Navegantes, 30 de novembro de 2018.

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das informações e conclusões do relatório emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre o acompanhamento da gestão relativamente ao 5º bimestre do exercício de 2018.

Navegantes, 30 de novembro de 2018.

Emílio Vieira
Prefeito